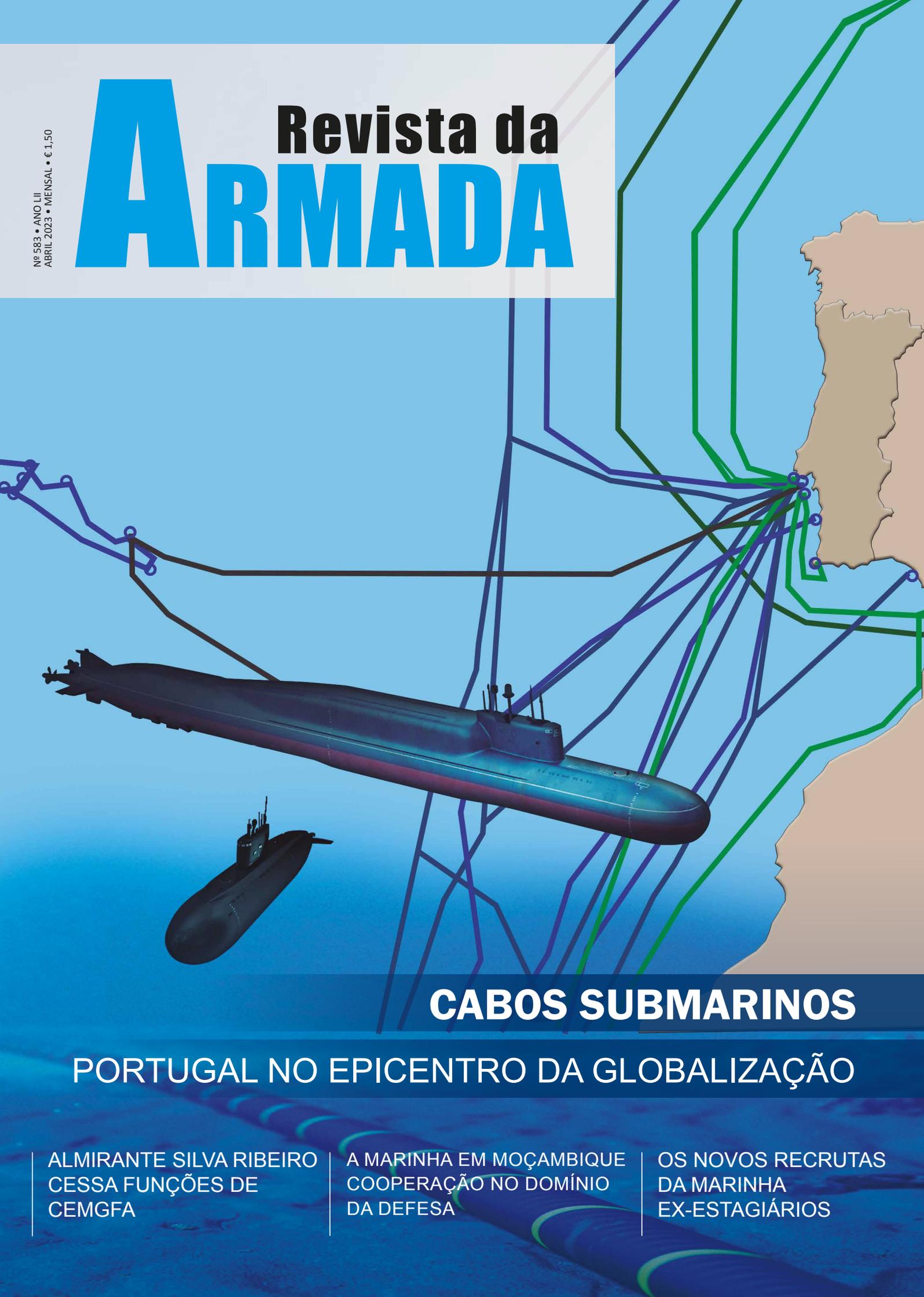


Nº 583 • ANO LII
ABRIL 2023 • MENSAL • € 1,50

Revista da ARMADA



CABOS SUBMARINOS

PORTUGAL NO EPICENTRO DA GLOBALIZAÇÃO

ALMIRANTE SILVA RIBEIRO
CESSA FUNÇÕES DE
CEMGFA

A MARINHA EM MOÇAMBIQUE
COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO
DA DEFESA

OS NOVOS RECRUTAS
DA MARINHA
EX-ESTAGIÁRIOS

Quarta de Vega

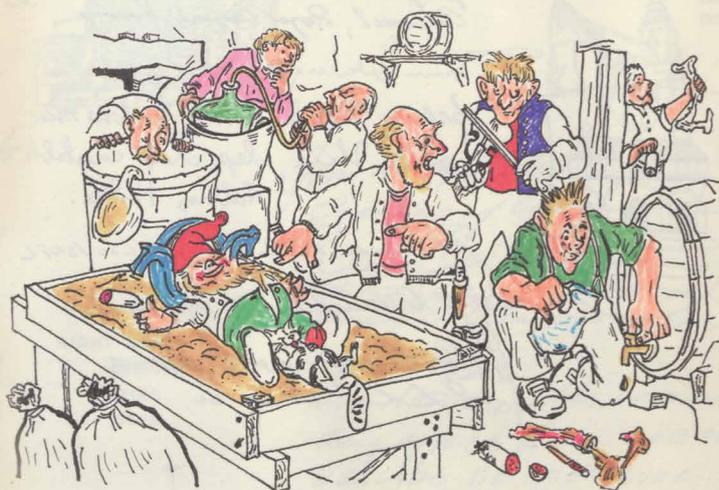
Livros de Honra

Reprodução de desenhos do “Livro de Honra” (LH) do NRP *Hermenegildo Capelo*, referente a eventos realizados a bordo, durante a missão da *Standing Naval Force Atlantic* (SNFL) em 1987.

Reception, Hakonsvern 16.7.87



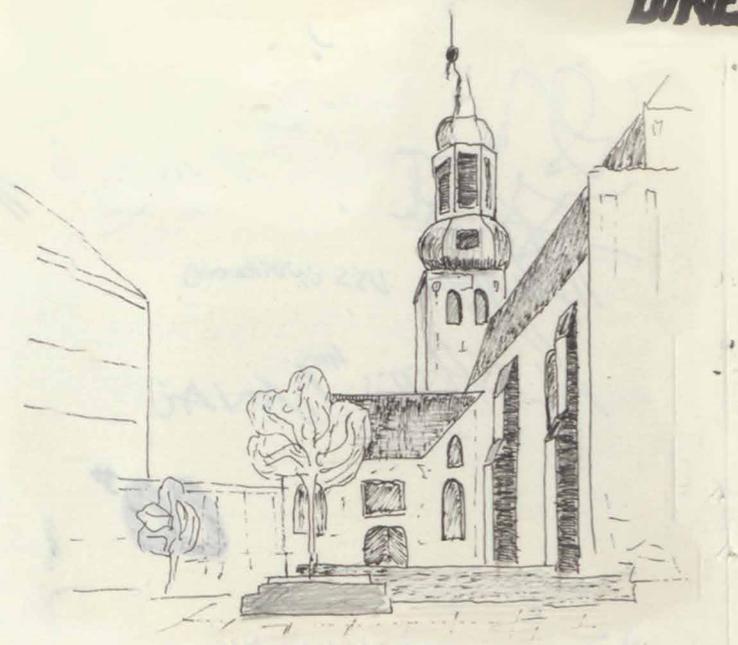
Something obscene !!! 17.7.87



**CO' FAREWELL
DINER**

AALBORG, 7 AUG 87

CSNFL LUNCHEON



Autor dos desenhos – então 1TEN EMQ Garcia Belo.

Imagens cedidas pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha.

SUMÁRIO

- 02** Quarto de Vigia

- 06** Discurso do Presidente da República
Despedida do Almirante Silva Ribeiro

- 07** Comando da Força Naval Europeia Operação Atalanta - 42ª Rotação FHQ

- 10** Informação e Segurança (2)

- 12** Plataforma *Google Arts & Culture*
Museu de Marinha

- 13** Tira-teimas. Latitudes Polares

- 21** Guerra no Pacífico. *Cartwheel*

- 22** Cabos Submarinos. Portugal (novamente) no epicentro da globalização

- 28** Realidade Imersiva

- 29** Entregas de Comando / Tomadas de Posse

- 31** Foi assim... (06)

- 32** Saúde para Todos (104)

- 33** Quarto de Folga

- 34** Notícias Pessoais / NRA - Núcleo de radioamadores da Armada

- 35** Prémio "Almirante Sarmento Rodrigues" / 2023

- CC** Naus de Pedra em Lisboa

ALMIRANTE SILVA RIBEIRO CESSA FUNÇÕES DE CEMGFA

04



17 A MARINHA EM MOÇAMBIQUE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA



OS NOVOS RECRUTAS DA MARINHA EX-ESTAGIÁRIOS

25



Capa

Cabos submarinos – Portugal no epicentro da Globalização

Composição gráfica SMOR C Jesus da Assunção



**Revista da
ARMADA**

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 583 / Ano LII
Abril 2023

Revista registada na ERC
Registo nº 127719
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

Diretor
CALM Aníbal José Ramos Borges

Chefe de Redação
CMG M Fernando Manuel Carrondo Dias

Redatora
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SCH CM Paulo Jorge Dias Matias

Desenho Gráfico
SMOR C Vítor Augusto de Jesus da Assunção

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada- Edifício das Instalações
Centrais da Marinha- Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa- Portugal
Telef: 21 159 32 54
(Chamada para a rede fixa nacional)

Estatuto Editorial
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
What Colour Is This?
wcit.pt
info@wcit.pt
Tl: +351219267950

(Chamada para a rede fixa nacional)

Tiragem média mensal:
3700 exemplares

ALMIRANTE ANTÓNIO SILVA RIBEIRO CESSA FUNÇÕES DE CEMGFA

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) é o principal conselheiro militar do Ministro da Defesa Nacional (MDN) e o chefe de mais elevada autoridade na hierarquia das Forças Armadas.

O CEMGFA é responsável pelo planeamento e implementação da estratégia militar, tendo na sua dependência hierárquica os Chefes de Estado-Maior dos Ramos (CEMA, CEME e CEMFA) para todos os assuntos militares e respondendo em permanência perante o Governo, através do MDN, pela capacidade de resposta militar das Forças Armadas.

O CEMGFA desenvolve a prospetiva estratégica militar e a estratégia de transformação evolutiva do EMGFA, designadamente através da homologação de uma diretiva estratégica e controlo da respetiva execução, emitindo, ainda, as orientações militares para a transformação das Forças Armadas, em coordenação com os Chefes de Estado-Maior dos Ramos.

O Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro terminou o seu mandato de 5 anos de CEMGFA no passado dia 28 de fevereiro, tendo este sido o dia das despedidas:

- Na parte da manhã, primeiro do Exército, na pessoa do GEN Nunes da Fonseca (CEME), depois da Força Aérea, na pessoa do GEN Cartaxo Alves (CEMFA) e por fim da Marinha, na pessoa do ALM Gouveia e Melo (CEMA); e
- Na parte da tarde, das Forças Armadas em geral, frente à Torre de Belém.

No dia 1 de março tomou posse o novo CEMGFA, GEN José Nunes da Fonseca, perante o Presidente da República (PR) e Comandante Supremo das Forças Armadas, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. Na alocução então proferida, o PR teceu elogios ao CEMGFA cessante; esse excerto do discurso é reproduzido na pág. 6 desta edição da RA.

DESPEDIDA DA MARINHA

A cerimónia de despedida do CEMGFA, ALM Silva Ribeiro, à Marinha, realizou-se no Palácio do Alfeite – Base Naval de Lisboa – tendo sido presidida pelo CEMA, ALM Gouveia e Melo.

O CEMA fez-se acompanhar pelos oficiais que ocupam os principais cargos da estrutura superior da Marinha e os do seu Gabinete, com destaque para: o VCEMA, VALM Coelho Cândido; o Diretor da Comissão Cultural da Marinha, VALM Bastos Ribeiro; o Diretor-Geral da Autoridade Marítima, VALM Dores Aresta; o Superintendente do Pessoal, VALM Soares Ribeiro; o Superintendente do Material, VALM Ventura Soares; o Comandante Naval, VALM Chaves Ferreira; e o Chefe do Gabinete, CALM Proença Mendes.

À chegada ao Palácio, foram prestadas as Honras Militares. Já no gabinete do Comandante Naval, foi imposta pelo Almirante



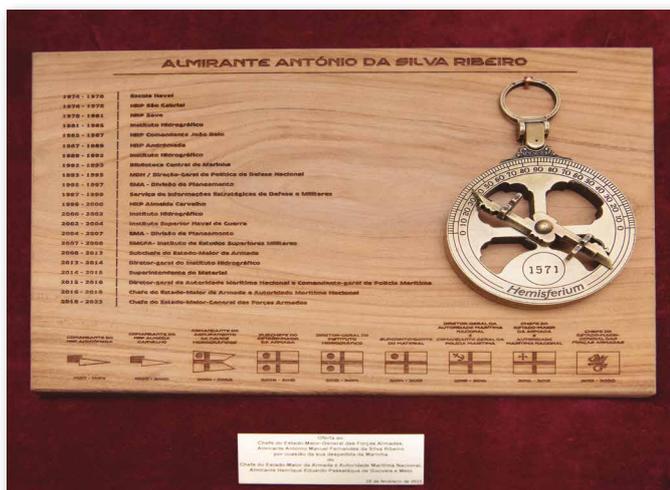
Transcrição do Livro de Honra da Marinha

Foi com muito gosto e enorme honra que visitei a Marinha, no Palácio do Alfeite, por ocasião da minha despedida de CEMGFA.

Nesta ocasião desejo ao Almirante CEMA as maiores felicidades e, estou certo que, com a sua excelsa capacidade de liderança e inteligência conduzirá a Marinha para o futuro que o país necessita e os portugueses merecem.

Como oficial da Armada aprecio imenso o trabalho que está a ser feito, para ajustar a Marinha tanto no âmbito do material como da formação do pessoal, para construir um devir que marcará a diferença nesta secular e patriótica instituição.

Silva Ribeiro
Almirante



Gouveia e Melo, a Medalha Militar da Cruz Naval, 1ª Classe, ao Almirante Silva Ribeiro.

Seguiu-se a assinatura do Livro de Honra da Marinha.

Ainda antes do almoço, o Almirante Silva Ribeiro teve um encontro com o Comandante da Escola Naval e uma delegação de oito cadetes – a gesta da Marinha do futuro. Visivelmente emocionado, o CEMGFA teceu algumas palavras de improviso, lembrando a sua passagem pela “alma mater” da Marinha, após o que ofereceu o livro “Comandar em tempo de crise” a cada um dos cadetes.

O almoço decorreu no salão nobre do palácio. Aquando dos discursos e brindes, foi entregue ao CEMGFA assinou uma placa alusiva à sua carreira militar, desde a sua entrada para a Escola Naval (EN) em 1974.

DESPEDIDA DAS FORÇAS ARMADAS

A cerimónia militar de despedida das Forças Armadas decorreu junto à Torre de Belém, e foi presidida pelo CEMGFA, ALM Silva Ribeiro.

Nas tribunas encontravam-se inúmeros convidados – altas entidades militares e civis, adidos militares e de defesa, os familiares mais próximos do Almirante Silva Ribeiro e uma dezena de camaradas do seu Curso – Gonçalo Velho – da EN.

As Forças em Parada, num total de 160 militares sob o Comando do CFR FZ Filipe Rei, eram constituídas por:

- Banda da Armada;
- Estandarte Nacional do EMGFA e respetiva escolta de honra;
- Bloco de Estandartes Heráldicos, constituídos pelos estandartes das unidades comandadas, dirigidas ou chefiadas pelo Almirante Silva Ribeiro, nomeadamente: EMGFA, Marinha Portuguesa, Autoridade Marítima Nacional, Direção Geral da Autoridade Marítima, Comando-Geral da Polícia Marítima e NRP Almeida Carvalho;
- Uma Força Conjunta de escalão Batalhão, constituída por: Uma Companhia da Marinha (dois pelotões de Fuzileiros); uma Companhia do Exército (um pelotão de Tropas Comandos e um pelotão de Tropas Paraquedistas); e uma Esquadrilha da Força Aérea (um pelotão do Centro de Formação Militar e Técnica da Ota e um pelotão de Polícia Aérea).

Fundado no rio Tejo, encontrava-se o NRP *Corte Real*, sob o comando do CFR Bruno Henriques.



A cerimónia contemplou as seguintes ações:

- Chegada do GEN Nunes da Fonseca (CEME), do ALM Gouveia e Melo (CEMA), do GEN Cartaxo Alves (CEMFA) e do TGEN Domingos Raúl (Chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Timor-Leste);
- Prestação de honras militares ao CEMGFA, pelas Forças em Parada, com a Banda da Armada a executar o Hino da Maria da Fonte e, em simultâneo, o NRP *Corte Real* a executar uma salva de 19 tiros;
- Revista às Forças em Parada;
- Homenagem aos mortos – todos os que deram a sua vida ao serviço da Pátria - incluindo um minuto de silêncio, uma prece pelo Bispo das Forças Armadas e Forças de Segurança, Dom Rui Valério e o toque de alvorada;
- Alocução do Almirante CEMGFA; e
- A terminar, o Desfile das Forças em Parada, em continência ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Seguiu-se uma sessão de fotografias com vários dos convidados presentes e os cumprimentos e felicitações pelo *terminus* da carreira militar do CEMGFA.

Nota

¹Vide Decreto-lei 19/2022, de 24 de janeiro, que aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).



Presidência da República

EXCERTO DO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

“No dia 1 de março de 2018, ainda se vivia um tempo, iniciado no termo do século XX, de crença no império do Direito Internacional, no avanço dos Direitos Humanos, na inevitável atualização das organizações internacionais, na integração das grandes potências em missões comuns – como as alterações climáticas, os oceanos, as migrações, o terrorismo, o comércio internacional – na progressiva coincidência de multipolarismo com multilateralismo, na tolerância e no diálogo, na estabilização da segurança europeia.

Numa palavra, acreditava-se na diplomacia capaz de sustentar, ou mesmo vencer, a guerra.

Isto, apesar do sucedido no Koweit, no Iraque, nas Torres Gémeas, na Síria, e, muito pouco antes, na Crimeia, e, sempre, na situação nos Balcãs Ocidentais, na Palestina, e muitos outros afloramentos regionais de tensões muito mais vastas.

Nesse mundo, que persistia em acreditar no avanço da diplomacia contra a guerra, Portugal era o que sempre tinha sido em Democracia, e que resultava das lições da sua História: Fraternal com os irmãos na língua, plenamente integrado com os pares europeus, fiel aos aliados, muito mais antigos, como o britânico, antigos como o norte-americano, já clássicos, como os da Aliança Atlântica, mais próximo do mundo ibero-americano, leal para com os parceiros que conhecera, como poucos, por esse universo fora, nas Áfricas, nas Américas, nas Ásias, no Pacífico.

Foi neste contexto que o Senhor Almirante António Silva Ribeiro iniciou as suas funções como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Sabia-se que reunia características singulares para o cargo – sentido de desígnio nacional, elevada qualificação académica, e, nela, científica, inteligência pura, determinação férrea, experiência rara em informações militares e políticas, relacionamento antigo com aliados, em particular, do outro lado do Atlântico, clima propício em setores significativos da sociedade civil e nos meios mediáticos.

Numa era em que a defesa nacional ultrapassava a visão circunscrita do puro percurso castrense, uma personalidade assim suscitava elevadas expectativas, admiradas por uns, temidas por outros, com as divisões inevitáveis perante perfis muito marcantes, ou muito fraturantes.

Nestes 5 anos, inspirou ou influenciou, determinadamente, passos dados nos seguintes domínios:

- Atenção permanente à reflexão e elaboração geopolítica.
- Solicitações várias no domínio das estruturas de informação, interna e externa.
- Relacionamento Internacional.
- Reforço, quantitativo e qualitativo, no empenho das Forças Armadas na Proteção Civil de populações e territórios.
- Ampliação e desenvolvimento nas Forças Nacionais Destacadas, que ganharam projeção imposta pelo crescente papel

Português em missões das Nações Unidas e da União Europeia, e, também, em antigas ou novas missões no quadro da NATO.

Reforma do sistema de chefia militar das Forças Armadas, fazendo avultar o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, muito para além da afirmação da supremacia hierárquica, vinda do tempo dos anteriores mandatos – presidencial e parlamentar.

Para tudo isto, beneficiou do apoio de uma ampla e indefetível maioria na Assembleia da República, vinda do passado, e incluindo o Partido do Governo e o principal Partido da oposição.

E, claro, do apoio dos órgãos de soberania e, de modo especial, do Governo e, de modo impressionante, do Senhor Primeiro-Ministro e dos sucessivos Senhores Ministros da Defesa Nacional.

Em praticamente todos os passos dados, contou ainda com o apoio das demais chefias militares e de um consenso operacional nas Forças Armadas.

No último desses passos, o do reforço da Chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas, deparou, porém, com reservas de tomo de dois antigos Presidentes da República, de antigas e então presentes chefias e áreas militares mais sensíveis a tradições e orgânicas vigentes.

Coube ao Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, em conjugação com o Governo, ajudar a encontrar consensos no Conselho Superior de Defesa Nacional, numa mudança, que se louvava de exemplos externos, mas era inédita na nossa História político-militar.

Ao cessar as suas funções, do desempenho do Senhor Almirante António Silva Ribeiro se pode dizer que praticamente alcançou quase todos os objetivos que se propusera atingir em 2018, que foi o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas com mais poderes em Democracia, desde o fim da concentração dessa Chefia com a Presidência da República, que deixou para os vindouros a dilucidação da dúvida sobre se um cargo assim objetivamente afeiçoado a um Homem que o inspirara, é passível de ser vivido, e como, por quem não tiver tão forte ligação genética.

Finalmente, não tendo podido testemunhar o seu e nosso desejo de aumento de recrutamento e de efetivos, dependente do comportamento da sociedade portuguesa, assistiu ainda – fruto dos novos tempos – ao anunciar de capacidades futuras, não antevistas em 2018.

Numa palavra, o desempenho de Vossa Excelência, Senhor Almirante António Silva Ribeiro, em nada desmereceu, antes pelo contrário, das elevadas expectativas suscitadas em 2018.

Tudo somado, ficará, por certo, assinalado na História da instituição, como legitimamente sonharia.

(...)”



COMANDO DA FORÇA NAVAL EUROPEIA

OPERAÇÃO ATALANTA - 42.ª ROTAÇÃO DO FHQ

Portugal continuou¹ a assumir o comando da *Task Force 465 – European Naval Force (EU NAVFOR) – Operação ATALANTA* – por mais 2 meses e meio, i.e., de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023, tendo o comandante da força, COM Cortes Lopes, e o respetivo estado-maior (constituído por cinco militares da Marinha² e quinze³ militares de várias nacionalidades), embarcado no navio-almirante *ESPS Santa Maria* (da Marinha Espanhola).

A “NOVA” EUNAVFOR ATALANTA

A Operação ATALANTA teve início em 2008 como operação militar da União Europeia (UE), cujo foco principal era contribuir para a dissuasão, prevenção e repressão dos atos de pirataria e dos assaltos à mão armada ao largo da costa da Somália.

Em dezembro de 2022, durante o comando português, a Operação passou a ser definida como o contributo da UE para a segurança marítima no Oceano Índico ocidental e no Mar Vermelho, mantendo-se, no entanto, todas as tarefas principais e secundárias, executivas e não executivas. Este novo mandato da Operação Atalanta vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Num ano particularmente intenso de análise estratégica e alterações ao mandato, este comando enfrentou os desafios da dimensão da área de operações, e mais do que isso, da sua extensão a todo o Mar Vermelho até ao canal do Suez, incluindo o golfo de Aqaba. O comando tático, exercido sobre os navios, aeronaves e equipa de operações especiais deixou, nesta fase, de ter um recorte acentuado nas atividades de pirataria e na Somália, para abranger todo o espectro da segurança marítima.

As tarefas principais da EUNAVFOR ATALANTA são:

- O combate à pirataria marítima;
 - A proteção dos navios do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas; e
 - A proteção de outros navios considerados vulneráveis.
- As tarefas secundárias são:
- (com uma dimensão executiva) A repressão e monitorização do tráfico de estupefacientes e a monitorização do tráfico de armas, em violação do embargo decretado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas; e
 - (com uma dimensão não executiva) A monitorização da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), e do comércio ilícito de carvão.

A estas tarefas acresce o contributo para as estratégias integradas da UE e para a coerência da resposta da União naquela zona do globo, que se prende com a articulação e cooperação com as outras missões da UE na Somália⁴, com as presenças marítimas coordenadas no noroeste do Oceano Índico e com a operação AGENOR, iniciativa de conhecimento situacional marítimo no Estreito de Ormuz composta por 9 países europeus, entre os quais Portugal, cujo *Headquarters* (HQ) se encontra localizado em Abu Dhabi.

COMANDO / ATIVIDADES GERAIS DA FORÇA

Na sequência do comando do COM Marcelo Correia, iniciado a 4 de agosto, no dia 2 de dezembro de 2022, o COM Cortes Lopes assumiu o comando da Força Naval da União Europeia EUNAVFOR ATALANTA (TF 465), que se prolongou até ao dia 15 de fevereiro de 2023.

A entrega de comando entre os dois oficiais portugueses teve lugar a bordo do navio-almirante, a fragata *Santa Maria*, atracada no porto do Djibuti. A cerimónia foi presidida pelo Comandante Operacional da EUNAVFOR ATALANTA, VALM Núñez Torrente.

A Operação ATALANTA, pela natureza das suas tarefas, manteve sempre um grande foco na área adjacente à costa da Somália, para recolha de informações e atualização dos padrões de comportamento, nomeadamente no que diz respeito à monitorização de embarcações suspeitas de tráfico de armas, estupefacientes ou seres humanos, comércio ilegal de carvão e pesca INN.

Acrescem ainda outras áreas de interesse e patrulha, nas quais a Operação marca presença, como sejam:

- O *International Recommended Transit Corridor* (IRTC), no Golfo de Áden, que se revela como uma área por excelência para a verificação e incentivo à navegação mercante no âmbito da utilização das *Best Management Practices* (BMP)⁵ e para efetuar

buscas de superfície/compilação do panorama; e

- O Mar Árábico, para conhecimento situacional marítimo e verificação de atividades suspeitas.

Adicionalmente, tanto a navegar como durante as visitas de porto, são efetuadas ações de capacitação marítima com Forças e agências locais e que incluem, entre outras, instrução e treino de abordagem, marinharia e navegação, bem como reuniões com elementos-chave e líderes locais, com o intuito de promover ações de cooperação com os Estados costeiros.

No período da missão, estiveram em apoio da Força as unidades seguidamente indicadas. Há a destacar a presença do *French Strike Carrier Group*, de 6 de janeiro a 10 de fevereiro, com os 4^º navios indicados na tabela.

UNIDADE	DATAS	TIPO DE APOIO
ESPS Santa Maria	02DEZ-15FEV	DIRETO
ESP Special Operations Maritime Task Unit	02DEZ-15DEZ	DIRETO
FRA-Maritime Patrol Reconnaissance Aircraft Atlantic 2	25JAN23	DIRETO
ITS Bergamini	25JAN-03FEV 08-09FEV	DIRETO
ITS Thon di Revel	10-19JAN	ASSOCIADO
FS Aconit	06-14DEZ	ASSOCIADO
FS Charles De Gaulle	06JAN-10FEV	ASSOCIADO
FS Forbin	06JAN-10FEV	ASSOCIADO
FS Marne	06JAN-10FEV	ASSOCIADO
FS Provence	06JAN-10FEV	ASSOCIADO
FRA- Maritime Patrol Reconnaissance Aircraft Atlantic	07-24JAN 26JAN-10FEV	ASSOCIADO

Meios em Apoio à Força Naval durante o período da 42^ª rotação do FHQ

FOCUSED OPERATIONS (FO)

Os objetivos militares da Operação são alcançados por meio de uma combinação de tarefas permanentes e atividades operacionais focadas. Enquanto as primeiras são realizadas diariamente, e estão sujeitas a ordens permanentes, as operações focadas são delimitadas no tempo e no espaço e com recursos designados para um propósito específico. Estas operações contam, normalmente, com o apoio de meios adstritos a outras Forças Navais. Durante este comando nacional foram conduzidas duas operações:

- A *FO MARE LIBERUM III*, em apoio de uma Força Tarefa (TF) das *Combined Maritime Forces*⁷ (TF 151); e
- A *FO LYNX*, conduzida pela TF da Operação ATALANTA (TF 465).

FO MARE LIBERUM III

Esta *FO* realizou-se nas áreas do Golfo de Áden e bacia da Somália, de 05 a 09 de janeiro. Durante esta *FO*, a TF 465 teve um papel de apoio; a *FO* foi conduzida pela TF 151.

Os principais objetivos desta operação foram:

- Alertar a comunidade marítima sobre o risco remanescente de pirataria após a extinção, em 1 de janeiro de 2023, da Área de Alto Risco (HRA) no Oceano Índico;
- Incentivar ao registo no Centro de Segurança Marítima do Corno de África (MSC-HOA); e
- Manter a implementação das medidas descritas na 5^ª versão das BMP, recomendadas pela Organização Marítima Internacional.

FO LYNX

A *FO LYNX* foi conduzida pela TF 465, no período de 16 a 19 de janeiro, fora do mar territorial e espaço aéreo sobrejacente da Somália. Os objetivos desta *FO* foram:

- Aumentar a compreensão das atividades marítimas suspeitas e ilícitas na bacia da Somália;

- Monitorizar as atividades de pesca; e
- Demonstrar uma presença visível nas áreas designadas, para impedir atividades de pirataria e proteger embarcações vulneráveis.

Para atingir esses objetivos, a TF 465 realizou o patrulhamento nas áreas designadas, exibindo uma postura aberta, enquanto monitorizava atividades ilícitas, com foco na pesca INN.

OPERAÇÃO LEVANTE

Nesta Operação, centrada na luta contra a pesca ilegal e o narcotráfico, participaram:

- O ESPS *Santa Maria*;
- O *Regional Centre for Operational Coordination* (RCOC), localizado nas Seychelles;
- Meios de superfície e aéreos das Seychelles; e
- O *Regional Maritime Information Fusion Centre* (RMIFC), localizado em Madagáscar.

Organizada pelas autoridades das Seychelles e coordenada pelo RCOC, esta operação reforçou o trabalho em rede e a cooperação em ambiente marítimo, nomeadamente através da exploração da plataforma IORIS (*Indian Ocean Regional Information Sharing*), concebida para apoiar o comando e controlo e a partilha de informação.

Esta operação e consequente cooperação proporcionaram uma excelente oportunidade para compreender os mecanismos de vigilância marítima no Oceano Índico Ocidental que se encontram a ser desenvolvidos no âmbito do Programa de Segurança Marítima da UE (MASE), nomeadamente o *Critical Maritime Routes Indian Ocean* (CRIMARIO).

ATIVIDADES PROTOCOLARES

Tendo em conta a dimensão da área de operações, a eficiência e eficácia das ações no mar assenta também na colaboração e cooperação com os Estados costeiros e com as Forças parceiras presentes na região. Neste sentido, a atividade protocolar constituiu-se como um pilar chave da missão no estreitar dos





laços de cooperação e na compreensão da realidade local. Neste contexto, o Comandante da Força esteve presente em diversos compromissos protocolares e recebeu a bordo várias entidades civis e militares. Os principais eventos encontram-se elencados na tabela seguinte 2, sendo de destacar o contacto com 17 Embaixadores de países da UE.

TIPO	ENTIDADE	DATA
Reunião	Commander of Seychelles Coast Guard (SCG)	12DEZ
Reunião	UK Deputy High Commissioner to Seychelles	12DEZ
Reunião	India High Commissioner to Seychelles	12DEZ
Visita de cortesia	Mayor of Vitoria	13DEZ
Visita	Regional Centre for Operational Coordination	12DEZ
Reunião	Deputy Head of Mission EUCAP Somalia	20DEZ
Reunião	EU Ambassador in Somalia	20DEZ
Reunião	Mission Commander EUTM Somalia	20DEZ
Visita de cortesia	Tanzania Navy Operations and Training Officer	30DEZ
Visita de cortesia	EU Ambassador in Tanzania	02JAN
Reunião	Director of Puntland Maritime Police Force	18JAN
Reunião	Somaliland Coast Guard Commander	19JAN
Visita de cortesia	EU Ambassador in Djibouti	13JAN
Visita de cortesia	Dutch Ambassador in Djibouti	15JAN
Visita	L'Institut des Hautes Etudes de la Defense Nationale	16JAN
Reunião	Head of Mission EUCAP Somalia	16JAN
Reunião	EU Senior Coordinator Maritime Presence Northwest Indian Ocean	30JAN
Visita de cortesia	Assistant Commander of the Royal Omani Police Coast Guard	30JAN
Simpósio	Conference at Maritime Security Center in Oman	30JAN
Visita de cortesia	Chief of staff of the Sultanate of Oman Armed Forces	31JAN
Visita de cortesia	Commander of the Royal Navy of Oman	31JAN
Visita de cortesia	Force Commander of Operation AGENOR	31JAN
Visita de cortesia	Commander of US Joint Task Force in the Horn of Africa	07FEV
Visita de cortesia	Commander of Seychelles Coast Guard (SCG)	11FEV

Lista de encontros do Comandante da Força durante o período da 42ª rotação do FHQ

ENTREGA DE COMANDO DA TF465

Presidida pelo Comandante Operacional da Operação ATALANTA, VALM Núñez Torrente, e com a presença do Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares das Forças Armadas Portuguesas, VALM Nobre de Sousa, e de diversas outras entidades, a entrega de comando do cargo de Comandante da Força Naval da União Europeia EUNAVFOR



ATALANTA realizou-se no dia 15 de fevereiro, a bordo do navio-almirante ESPS *Santa Maria*, atracado no porto de Souda Bay, Creta, Grécia. O COM Cortes Lopes entregou o comando da Força ao CMG Ivanez Martin, da Marinha Espanhola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comando desta Força Naval europeia foi assumido por um oficial da Marinha Portuguesa pela sétima vez desde que a Operação ATALANTA foi lançada em 2008, sendo a quinta vez que o comando português e respetivo estado-maior exercem as suas funções embarcados em navios da Marinha Espanhola.

O excelente relacionamento entre as Forças Armadas dos dois países, nomeadamente entre as suas Marinhas, assim como a proximidade cultural dos dois países, permitem uma natural e rápida integração a bordo, destacando-se o apoio de excelência dado pelo navio-almirante ao Comandante da Força e ao seu estado-maior durante toda a missão.

Os principais dados estatísticos referentes a esta missão são os seguintes:

PORTOS VISITADOS PELO NAVIO-ALMIRANTE ⁸	7	KEY LEADER ENGAGEMENTS/ REUNIÕES/AUDIÊNCIAS	24
HORAS DE NAVEGAÇÃO	1174	MARITIME CAPACITY BUILDING	6
PERCENTAGEM DE NAVEGAÇÃO	67%	MARITIME AWARENESS CALLS	1824
FOCUSED OPERATIONS	2	MARITIME INFORMATION CALLS	24
FRIENDLY APPROACHES	13	SEA JOINT ACTIVITIES/PASSEX	11



Colaboração do **COMANDO DA TF 465**

Nota

¹ Dois comandos seguidos – a 41ª e a 42ª rotação FHQ (acrónimo anglo-saxónico de *Force Headquarters*). O relato da 41ª rotação saiu na edição n.º 580 (JAN23) da RA.

² CTEN TSN-JUR Ernestina Silva, CTEN M Ana Trindade, CTEN M Dora Godinho, 1TEN M Casimiro Gronita e CAB TFD Silva Santos.

³ Onde se incluem dois militares da Marinha espanhola, um militar da Marinha italiana e um militar da Guarda-Costeira do Djibouti; os restantes elementos pertencem à guarnição do navio-almirante e dos respetivos destacamentos de helicópteros e equipas médicas, que colaboram na qualidade de estado-maior colateral.

⁴ A *European Union Training Mission in Somalia* (EUTM Somália) e a *European Union Capacity Building Mission in Somalia* (EUCAP Somália)

⁵ Conjunto de medidas voluntárias que devem ser implementadas pela navegação mercante, com vista a evitar ataques de pirataria.

⁶ A força naval que inclui o porta-aviões FS Charles de Gaulle faz-se acompanhar por um submarino de propulsão nuclear, cujo nome nunca é divulgado

⁷ As *Combined Maritime Forces* (CMF) são uma coligação de 34 países, entre os quais Portugal, composta por várias TF cujos Comandos e respetivos HQ se encontram localizados no Bahrein, co-localizados com a 5ª Esquadra dos EUA.

⁸ Djibouti, Victoria (Seychelles), Mombasa (Quênia), Dar-Es-Salaam (Tanzânia), Salalah (Omã), Muscat (Omã) e Souda Bay (Grécia).



A NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES O GARANTE DA SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA DE UM ESTADO SOBERANO - PARTE I

Ainda hoje, passados que foram quase cinquenta anos, permanece enraizado na nossa sociedade um fantasma chamado PIDE. Este fantasma é, na argumentação da maioria das discussões, o principal responsável pelo desinvestimento na atividade de Informações em Portugal, comparativamente ao longínquo período dourado liderado por el-Rei D. João II.

O século XV ilustra a fase mais épica e próspera das Informações em Portugal, enquanto a fase de governação do Estado Novo, entre 1934 e 1974, representa a maré negra em tão nobre e secular atividade.

INTRODUÇÃO

A política do regime ditatorial do Dr. António de Oliveira Salazar, mais conhecida por PIDE por entre outras designações² que teve aquando de processos de transformação, impôs uma estratégia de repressão e tortura contra todos aqueles que defendiam os princípios elementares de um Estado de direito.

Era, na verdade, o único Serviço de Informações existente em Portugal. Além do domínio de atuação interna, onde desenvolvia, outrossim, uma atuação de investigação criminal, acumulava também a responsabilidade pela pesquisa e análise na esfera externa. Aqui centrava o seu esforço de pesquisa nos países das regiões onde Portugal combatia os movimentos independentistas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, bem como nos países que financiavam e apoiavam esses movimentos.

Com a queda do regime em 25 de Abril de 1974, o colapso da PIDE deu origem a um vazio completo no domínio das informações, rapidamente preenchido pelas Informações Militares. Eram os únicos capacitados para preencher o espaço deixado vago. Os militares detinham, nos seus quadros, alguns, poucos, elementos qualificados e experientes neste tipo de atividade, para além de limitados recursos materiais e tecnológicos. Acabaram por recorrer a antigos oficiais, sargentos e civis que tinham desempenhado funções nas Divisões, Repartições e Seções de Informações nos diversos quartéis-generais nos teatros de operações no continente africano.

O período pós-revolução foi caracterizado por constantes transformações, muitas delas provocadas pela atividade terrorista

dos grupos e movimentos de extrema-direita e extrema-esquerda, e também pela ação agressiva da espionagem russa em território nacional.

A extinção da DINFO³, nos finais de década de 1980, já com as ameaças internas de alguma forma controladas, catapultou no domínio interno o Serviço de Informações e Segurança (SIS), criado em 1983, e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), no âmbito externo, em 1995. Este último Serviço integrou muitos dos elementos experientes que, durante anos, desempenharam as mais exigentes funções na DINFO.

Mas o bizarro episódio ocorrido em 1999, com a revelação dos nomes de alguns dos espões do SIEDM na primeira página do semanário Independente, abalou sobremaneira este Serviço, dando origem, em 2004, ao Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED).

Com todas estas transformações e jogos de poder, a par com o enquadramento geopolítico e geoestratégico num mundo cada vez mais global e tecnológico, e, outrossim, as faltas de recursos materiais, financeiros e humanos qualificados, alterou o rumo das Informações Militares para uma situação que está em direta proporcionalidade com a necessidade e ambição existente no quadro da Defesa Nacional.

A ambição e necessidade dos dias de hoje, não são, nem de perto nem de longe, comparáveis às da época de el-Rei D. João II. As grandes Nações atingiram a condição de potências por meio da conjugação de diversos fatores de ordem social, económica, militar, cultural, etc. Contudo, existe sempre um elemento central na equação que as catapultou para tal nível: a capacidade de antecipar as ameaças e prever as oportunidades.



A resolução desta equação complexa só foi conseguida através de uma capacidade de Informações robusta, fiável e exímia.

A ÉPOCA DOURADA – SÉC. XV E XVI

A sobrevivência perante uma adversidade ou a proteção contra uma ameaça iminente, foram fatores que, durante os séculos, impulsionaram Portugal no desenvolvimento e exploração efetiva das suas capacidades de Informações. As informações foram, durante alguns períodos da nossa história, o garante para o sucesso das ações políticas, diplomáticas e militares em que Portugal se viu confrontado.

Estas iniciativas de oportunidade, pois durante os vários séculos de existência de Portugal nunca foram uma condição *sine qua non* para a condução dos destinos do nosso país, tiveram uma marca de excelência durante o reinado de D. João II e aquando da guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Nestes dois episódios da nossa história, existiam alguns elementos que poderão denotar alguma similitude: a preservação da soberania e integridade de Portugal, bem como a manutenção da exploração das riquezas provenientes das colónias.

Em 1488, el-Rei D. João II visionava que a expansão do Reino de Portugal além-fronteiras só poderia ser conseguida caso fosse obtida vantagem concorrencial decorrente das informações secretas recolhidas pelo seu espião Pêro da Covilhã. Já no decorrer da guerra colonial, entre 1967 e 1974, o regime do Estado Novo teve de colocar a máquina das Informações como elemento central no apoio às operações políticas, diplomática e militares nos três teatros de guerra que decorriam em simultâneo.

Pêro da Covilhã, o preferido de D. João II para as missões secretas devido às suas perícias excecionais e talentos múltiplos, mormente o domínio da língua árabe, foi enviado, conjuntamente com Afonso de Paiva, para descobrir por terra, ao mesmo tempo que o navegador Bartolomeu Dias desbravava o caminho marítimo, como alcançar as almejadas especiarias da Índia.

Uma primeira tentativa do Rei D. João II, enviando o Frei António de Lisboa e Pero de Montarroyo numa missão similar, revelou-se um fracasso. Nenhum dos dois espiões a soldo de Sua Majestade conseguia proferir, sequer, uma palavra em árabe, pelo que a dificuldade sentida em ganhar contatos com as populações locais obrigou-os a regressar a Portugal após terem alcançado Jerusalém.

Portugal enfrentava uma época onde o secretismo era a condição essencial para rivalizar com a vizinha Espanha em busca de novos mundos, pelo que a espionagem constituía a atividade basilar para garantir a vantagem sobre os mais diretos

competidores. Esta atividade secular traduz-se na procura incessante de respostas às interrogações, ambições e desafios que se colocavam aos supremos interesses nacionais, sejam eles de cariz económico, securitário, político, social, cultural, etc., através do uso de artimanhas ardilosas, habilidades, mentiras, imaginação e jogos que permitam desbravar as motivações e intenções dos oponentes ou concorrentes.

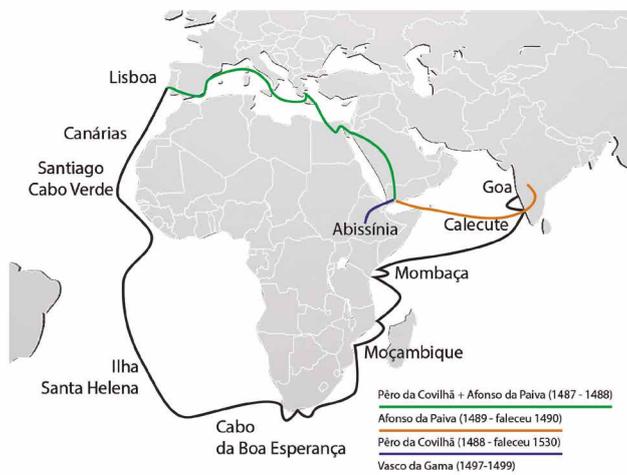
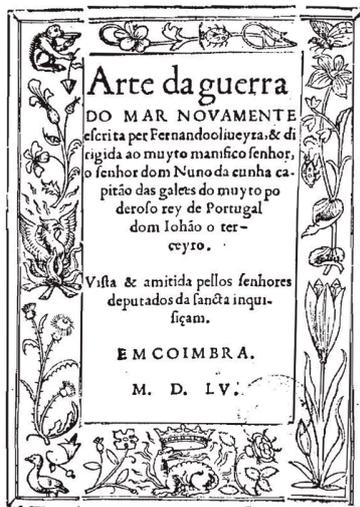
Digno de uma novela de espionagem ao estilo contemporâneo de Ian Fleming ou John Le Carré, Pêro da Covilhã tinha perícias linguísticas e intelectuais que permitiam misturar-se e encarnar personagens que lhe facilitariam a descoberta das intenções dos líderes mouros contra as praças portuguesas, detetar movimentos de mercenários e exércitos na preparação de campanhas militares, e registar todos os detalhes que pudessem corrigir os mapas traçados pelos cartógrafos de D. João II.

A importância de garantir a segurança e a preservação dos interesses nacionais face a uma ameaça iminente, seria um desígnio também abordado na obra do Padre Fernando Oliveira, a *Arte da Guerra do Mar*, publicada em 1555. Este sábio alertava para o facto de as ameaças quererem ir sempre mais além, caso não existisse uma resposta proporcional

em defesa dos nossos interesses, pois «*não somente [roubariam] o mar os corsários, mas se os deixam ir em frente sem oposição, atravessarão a terra e provocarão inquietação*».

Para tal era necessário quebrar o ímpeto dos corsários e demais inimigos, onde as informações eram de vital importância, pois «*de muito longe além horizonte onde não conseguimos avistar, subitamente sem sabermos donde [partiram], nem que rota leva, [poderão surgir] na costa sobre os nossos portos*»⁴ um conjunto de ameaças que, se não estivermos dotados de um conhecimento superior, poderia causar danos incomensuráveis aos supremos interesses nacionais. Seria, desta forma, notório que durante este período da história havia a preocupação de alcançar um conhecimento robusto sobre

os agentes de ameaça e competidores que pudessem conflitar com os supremos interesses de Portugal, transformando-se, então, num pilar basilar em toda a estratégia nacional.



Cavaleiro Ângelo
CMG

Notas

¹ Acrónimo de Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

² A PIDE sucedeu, em 1945, à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Em 1969 sucedeu-lhe a Direção-Geral de Segurança (DGS).

³ Acrónimo de Divisão de Informações Militares, que foi criada na sequência a extinção da DGS após a revolução do 25 de Abril de 1974. A DINFO seria desativada definitivamente em 1998, pelo decreto-lei nº 158/98.

⁴ Padre Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Gráfica de Coimbra, Lisboa, 2008, pp. 19.



PLATAFORMA **GOOGLE ARTS & CULTURE** INCORPORAÇÃO DO MUSEU DE MARINHA

Em pleno século XXI a *internet* influencia cada vez mais a nossa realidade. É o domínio onde a Humanidade conduz grande parte das suas ações diárias e, portanto, o veículo ideal para divulgar a cultura marítima nacional.

DO PROJETO INICIAL ...

A 19 de novembro de 2020 foi definida uma parceria entre a Marinha Portuguesa e a *Google Cultural Institute* para incorporar uma quota-parte da exposição permanente do Museu de Marinha (MM) no projeto *Google Arts and Culture* e disponibilizar *online* uma parte relevante do acervo¹ do Museu, com especial foco nas peças mais significativas, que têm associada uma ficha de inventário, com informação específica, desde o seu autor à sua origem e, em alguns casos, uma pequena contextualização histórica.

Inicialmente foram incluídas:

- Duas exposições – A História do Museu, com foco principal na instalação no Mosteiro dos Jerónimos em 1962, e a História dos Descobrimentos; e
- 10 capturas fotográficas de alta resolução / definição através da *Art Camera* – as primeiras cartas náuticas portuguesas.

Este projeto contou ainda com uma captura 360° à exposição permanente do Museu de Marinha, desde a sua entrada, até ao Pavilhão das Galeotas.

... AO PRODUTO FINAL

No decorrer do projeto, subiu o nível de ambição; na nova plataforma *online*, de forma a fomentar um maior interesse na visita, decidiu-se:

- Incluir 4100 imagens do Arquivo Fotográfico do Museu. Estas fotografias abrangem temáticas variadas: navios de guerra da Marinha Portuguesa; operações navais anfíbias; construção naval; embarcações tradicionais; navios mercantes; e as principais infraestruturas da Marinha, como o antigo Arsenal de Marinha ou os planos inclinados do Arsenal do Alfeite.
- Expandir o projeto da *Art Camera*, de 10 para 30 capturas fotográficas, incluindo as pinturas mais representativas das várias vertentes da maritimidade portuguesa.
- Incrementar de 2 para 11 o número de exposições, de forma a abranger toda a diversidade do vasto património. Foram assim incluídas: *a Vida e Obra de Gago Coutinho*; a *TOP 20 de peças* da exposição permanente; a *Cartografia* (que inclui um importante conjunto de cartas náuticas² portuguesas



Captura arrebatadora via ArtCamera – 200 Gigapixel - definição surpreendente

originais); a *Navios dos Descobrimentos*; a *Peças de Artilharia*³; a *Instrumentos Náuticos*; a *Tráfego Fluvial* (modelos de embarcações que foram utilizadas no transporte de pessoas e mercadorias); a *As Galeotas Reais*; a *Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul*; a *Os Aparelhos da Aviação Naval* (34 aeronaves); e a *Memórias Viajantes* (representações votivas).

A página da Marinha foi inaugurada no dia 1 de fevereiro (ver RA nº 582), no decurso duma cerimónia no Museu de Marinha. Esta parte específica de um projeto tão complexo envolveu toda a equipa do Museu de Marinha, com o apoio da *Google*. O vasto património histórico da Marinha encontra-se agora à distância de um *click* numa plataforma digital universal.



Guerreiro dos Santos
STEN TN-HIS

<https://artsandculture.google.com/search?q=MARINHA%20PORTUGUESA>

Notas

- ¹ Que conta com mais de 20.000 peças, das quais apenas 2.500 se encontram em exposição.
- ² Estas cartas, devido a questões de conservação, não se encontram em exposição.
- ³ Peças utilizadas a bordo dos primeiros navios e fortalezas.

SURVEILLANCE / SHADOWING / MONITORING

O acompanhamento de navios do Pacto de Varsóvia, nomeadamente soviéticos, quando transitavam em águas de países ou de interesse da NATO, foi uma prática comum e uma missão quase de rotina da Marinha até à queda do muro de Berlim e consequente dissolução do referido Pacto.

Assim, nas décadas de setenta e oitenta, até à entrada da Espanha na Organização e não pertencendo França à componente militar da Aliança, a área atribuída a Portugal era muito vasta, sendo vulgar “receber” dos britânicos os navios russos que saíam do Mediterrâneo e “entregando-os” à Royal Navy no Golfo da Biscaia ou à entrada do Canal da Mancha (e vice-versa nos trânsitos descendentes).

Os navios portugueses normalmente empenhados nesses acompanhamentos eram as fragatas das classes Almirante Pereira da Silva e Comandante João Belo, bem como todas as corvetas, pelo que poucos de nós, por essa altura embarcados, haverá que não tenhamos estado envolvidos em missões desse tipo (denominadas por *shadowing* ou *surveillance*), algumas das quais até tiveram direito a primeira página de jornais.

Neste pequeno artigo relembra-se uma dessas missões, que nos parece muito particular, por diversas razões:

- A zona em que foi efetuada (o Mar de Barents);
- O arco diurno ser de 24 horas;
- As condições meteorológicas; e
- A latitude atingida.

SNFL 87 - VENDETTA

No ano de 1987 a fragata “Comandante Hermenegildo Capelo” (NRP *H. Capelo*) integrou a SNFL em abril nas águas das Canárias, tendo o primeiro porto de escala sido a cidade de Las Palmas. Seguiu-se-lhe Lisboa, rumando então para Norte, estando no mês de junho em operações no mar da Noruega, onde participou no exercício VENDETTA.

O VENDETTA desenrolou-se no Vestfjord, na zona das Ilhas Lofoten, já numa latitude acima do Círculo Polar Ártico e com o “nariz” do navio pintado de azul. Seguiu-se um período de AMP (*Alongside Maintenance Period*) na Base Naval de Haankonsvern, Noruega. Mais tarde participámos também nas BALTIC OPS, no Mar Báltico onde também estivemos em contacto próximo com navios do Pacto de Varsóvia, ainda que em circunstâncias diferentes.

Voltando ao *Vestfjord* e estando no mês de junho, o dia tem 24 horas e o famoso Sol da meia-noite, muito bonito em fotografias,

ao permanecer horas quase na linha do horizonte e depois de ter sido apreciado nas primeiras vistas, torna-se incomodativo para quem passa horas na ponte com um longo pôr-do-Sol no horizonte, que acaba por nunca acontecer e que obriga a usar óculos de Sol de madrugada. São, porém, boas recordações.

Já o exercício decorria há uns dias, uma força naval soviética que vinha sendo acompanhada desde o Mediterrâneo foi “entregue” à SNFL.

ACOMPANHAMENTO I

O Comandante da SNFL (CSNFL) destacou para essa missão, após serem reabastecidas pelo HMCNS *Protector*, duas fragatas – o NRP *H. Capelo* e, dos Países Baixos, a *Van Kingsbergen*.

A força naval soviética era composta por três navios:

- Um contratorpedeiro da classe *Sovremenny*; e
- Duas fragatas da classe *Krivak*.

O contratorpedeiro foi identificado como sendo o DDG 430 *Bezuprechny*, navio de 8.400 toneladas de deslocamento, 156 metros de comprimento, propulsão a vapor, velocidade superior a 32 nós e 350 elementos na guarnição.

As fragatas da classe *Krivak* eram navios de 3.500 toneladas de deslocamento, 124 metros de comprimento, propulsão COGAG e velocidade máxima superior a 32 nós (uma característica dos navios soviéticos de então). A fragata com o número de amura 955 foi identificada como sendo a *Zharskiy* e a 937 a *Zadorny*, ambas da série *Krivak I*.

O contratorpedeiro tinha um helicóptero embarcado e armamento poderoso; as fragatas dispunham duma menor capacidade combatente. Porém, quando comparados com os dois navios da NATO, a desproporção era grande e maior ficou quando a *Van Kingsbergen* destacou por necessitar de reabastecer, ficando o NRP *H. Capelo* a garantir o acompanhamento da força naval.

ROE⁸

À data, as regras de empenhamento nas “surveillances” eram diferentes entre os países da NATO, sendo no nosso caso normal manter uma posição nos setores da popa (daí o *tailing*) e a cerca de 2.000 jardas (mesmo a esta distância, ouvia-se bem o “pingar” do sonar dos navios, que era bem diferente do som dos sonares que tínhamos acabado de presenciar no exercício VENDETTA). Este posicionamento permitia:

- Manter a artilharia na posição de descanso; e
 - Evitar atitudes que pudessem ser consideradas provocatórias.
- Por outro lado, os soviéticos, com receio de deserções (que



já tinham ocorrido na presença de navios da NATO, quando jovens marinheiros de atiravam ao mar para serem recolhidos pelos navios ocidentais), não deixavam que ninguém viesse ao exterior do navio. Os soviéticos mantiveram sempre contacto VHF-FM através do canal 16, com mensagens provocadoras e intimidatórias em língua portuguesa, do tipo:

- “Revoltem-se, vocês são explorados pelos capitalistas, ...”; e
- “Afastem-se e tenham cuidado, estão a navegar em direção a um perigo, ...”.

Julgo mesmo que conseguiram entrar nas comunicações cifradas, com mensagens da mesma natureza.

O CSNFL tinha dado como limite da missão os 20 graus Leste, mas não deu limite a Norte...

ACOMPANHAMENTO II

As condições meteo não eram as melhores - mar de 3 metros dos setores da proa, temperatura ambiente de 5° Celsius e temperatura da água do mar na ordem dos 8 graus, céu forrado e visibilidade reduzida, pois apesar do arco diurno ser de 24 horas, o Sol nunca apareceu e manteve-se sempre neblina ou nevoeiro.

Ainda que a velocidade disponível dos navios soviéticos fosse bastante superior, estes mantiveram uma velocidade média de 18 nós, o que permitiu ao NRP *H.Capelo* seguir com 3 motores e, assim, manter contacto, pois como se pode concluir, ser-lhes-ia fácil deixarem-nos para trás, assim o quisessem, ou pudessem, pois como depois se viu, já não deviam ter muito combustível disponível.

No entretanto, os três navios continuavam a navegar para Norte, o que trazia alguns problemas ao navio português:

- As ajudas à navegação naquela área do globo eram reduzidas e as próprias cartas de navegação não eram, com certeza, as mais adequadas, ainda que tenham sempre sido suficientes; e
- A girobússola (ainda a SAGEM) não dispunha de correções para latitudes superiores aos 58 graus Norte.

Já numa latitude acima do Cabo Norte, manteve-se contacto com a fragata HMS *Rothsay*.

O rumo mantinha-se Norte, e a ilha de *Bjornoya* ou Ilha do Urso estava cada vez mais perto. No NRP *H.Capelo*, já se faziam contas à autonomia... Por essa altura foi visto um navio aparentemente civil, de grandes dimensões, depois identificado como um navio reabastecedor soviético.

Seguiu-se uma manobra de reabastecimento, em que os três navios de guerra soviéticos reabasteceram em simultâneo. No final, cada navio seguiu um rumo diferente, a alta velocidade, sendo-lhes perdido o “rasto”.

CONCLUSÃO

Sabe-se hoje que os navios soviéticos estavam quase a chegar à sua base de Severomorsk, onde terão chegado no final do mês, um deles depois de um destacamento de mais de seis meses. Por sinal, tinha estado numa *surveillance*, no Mar Mediterrâneo, ao porta-aviões norte-americano USS *Nimitz* e à sua escolta.

Interrompida a missão e já rumando a Sul para retomar o exercício VENDETTA, reabasteceu-se com o HMCNS *Protector* que tinha sido destacado com esse fim, pois já navegávamos na reserva!...

Para nós, guarnição do NRP *H.Capelo*, tinha sido uma missão diferente e que tinha decorrido sem incidentes, mas para o CSNFL esta missão teve algum relevo e foi fonte de preocupação, pois dispôs de um navio, quase em condições limite, destacado numa missão de *surveillance* a uma força naval soviética. Durante o RAS, o HMCNS *Protector* mostrava um cartaz que assinalava esse facto, dando relevo à nossa “vitória”.

O próprio CSNFL viria a fazer referência à proeza aquando do louvor que atribuiu ao navio na despedida, através das seguintes palavras (traduzidas):

“... a surpresa que os soviéticos devem ter tido quando uma fragata de um país tão distante, manteve um acompanhamento próximo e prolongado em águas que lhe eram tão estranhas ...”.

A integração na SNFL duma fragata portuguesa acontecia, normalmente, a seguir à Primavera; contemplava, portanto, o período de Verão, o que tornava frequente:

- A realização de exercícios na costa norueguesa (então o único país da NATO que fazia fronteira com a União Soviética);
- A navegação nos seus lindos fiordes noruegueses; e
- As operações acima do Círculo Polar Ártico, onde nessa altura não há noite.

Em 1987 não se fugiu à regra, mas face à missão que de forma sucinta descrevi, atrevo-me a dizer que nesse ano os 73° 20' N atingidos pelo Comandante Luís Rodrigues Nascimento, pelo seu navio e pela sua guarnição, devem representar o *record* de latitude Norte alguma vez atingido por um navio da Marinha Portuguesa.

Tira-teimas?



Garcia Belo
CALM EMQ



Notas

¹ Geralmente uma fragata do Reino Unido baseada em Gibraltar.

² Na Marinha, o vocábulo anglo-saxónico mais empregue é o de *Surveillance*. Já na Força Aérea, é mais comum o *Shadowing*. Também são empregues o *Close Monitoring* ou o *Tailing*.

³ Acrónimo anglo-saxónico de *Standing Naval Force Atlantic* (STANAVFORLANT), designação de uma das forças navais (composta por fragatas e contratorpedeiros) multinacional com carácter permanente da NATO (ver edições nº 540, 542 e 543 da RA). Havia países da NATO que empenhavam navios de guerra ao longo de todo o ano e outros, como Portugal, por períodos de 4 a 6 meses. Em 1995-96 Portugal comandou e teve navios atribuídos ao longo de todo um ano. À SNFL seguiu-se a SNMG1.

⁴ A buzina da proa, geralmente pintada de cinzento ou preto. É costume os navios de guerra pintarem essa buzina de azul quando atravessam o Círculo Polar Ártico e de encarnado aquando das travessias do Equador.

⁵ Acrónimo anglo-saxónico de *Combined Gas and Gas*, ou seja, duas turbinas por cada veio / hélice.

⁶ Era frequente os navios soviéticos alterarem o número de amura.

⁷ Houve três séries destes navios – as *Krivak* I, II e III.

⁸ Acrónimo anglo-saxónico de *Rules of Engagement* (regras de empenhamento).

⁹ Este era o limite habitual, até recentemente, para os navios de superfície da Aliança. Já para os meios de subsuperfície, existia a famosa linha Ómega.

¹⁰ O Sistema de Forças britânico de então previa um navio permanentemente a patrulhar as águas desta área marítima.

¹¹ Pequena ilha norueguesa, desabitada, cujo primeiro registo histórico data de 1596 pelo navegador holandês Barents, que deu o nome ao Mar de Barents. Esta é a ilha mais a Sul do Arquipélago de *Svalbard* (Spitzbergen).

¹² Muitos, na NATO, julgavam que os soviéticos não dispunham dessa arte (*skill*).

¹³ Cidade portuária no fiorde de Murmansk, dispoñdo da maior base naval da Esquadra do Norte.

¹⁴ Acrónimo anglo-saxónico de *Replenishment at Sea*.

MSA 2021

Nas páginas da RA costuma aparecer a descrição dos momentos mais importantes das missões levadas a cabo pelos navios da Marinha. Aqui começamos a história ao contrário.

Na manhã de 10 de agosto de 2021 saem das suas bases no fiorde de Murmansk, para uma missão de dois meses, 3 navios da Esquadra do Norte russa – o petroleiro *Sergey Osipov*, o contratorpedeiro *Severomorsk* (dispondo de um helicóptero Ka-27) e o rebocador oceânico *Pamir* – sob as ordens do 2º Comte. da Esquadra, o VALM Oleg Golubev.

Os navios rumam inicialmente a uma área de exercícios no Mar de Barents, entre os arquipélagos de Nova Zemlya e Terras de Francisco José, área essa livre de gelos nesta altura do ano.

A 16 de agosto treinam, juntamente com um navio da Guarda Costeira/FSB, o *Polyarnaya Zvezda*, a forma de impedir a entrada em águas jurisdicionais russas dum navio não autorizado (o *Pamir* desempenhou o papel de intruso).

De seguida rumam a oeste, passando a sul da ilha de Spitsbergen, a única habitada do arquipélago Svalbard, a caminho do Estreito da Dinamarca entre a Islândia e a Gronelândia.

Nessa altura os navios da SNMG1 rumavam a Reykjavik, a capital da Islândia. O NRP *Corte-Real*, que largara de Lisboa, integrou aí a força naval da NATO a 25 de agosto.

De 22 a 27 de agosto o *Osipov* permanece fundeado fora das águas territoriais da Islândia, a NE da ilha, ou a navegar a muito baixa velocidade por cima do cabo submarino que liga a Islândia à Escócia, via Ilhas Féroes.

A 29 de agosto os três navios russos rumam ao Cabo Norte, seguidos de perto por duas fragatas da SNMG1 – o HMCNS *Fredericton* e o NRP *Corte-Real* – em missão de *Maritime Situational Awareness* (MSA).

Na tarde de 31 de agosto, já no Mar de Barents, as duas fragatas terminam o acompanhamento dos navios russos e rumam a Tromsø para uma escala técnica.

Se na missão de 1987 o NRP *H. Capelo* atingira o ponto de maior latitude setentrional – 73º 20' N –, o NRP *Corte-Real* atingira agora a maior longitude leste – 28º 49' E – em águas nortenhas.

Dado o nome do artigo, estamos abertos à publicação de relatos que, após confirmação junto do Arquivo Histórico, documentem a passagem destes números.



Ramos Borges
CALM



DR

Notas

¹ A missão incluía a participação no grande exercício bianual ZAPAD21 e uma incursão no Mar de Laped.

² Contratorpedeiro da classe Udaloy, com o nº de amura 619. Entrou ao serviço em dezembro de 1987; terminou o MLU em agosto de 2000.

³ In <https://russianfleetanalysis.blogspot.com/2021/08/northeastern-passage-deployment-2021.html>, consultado em 20 de março.

⁴ Acrónimo russo de Federal'naya Sluzhba Bezopasnosti, i.e., o Serviço Federal de Segurança da Federação Russa, um órgão com responsabilidades na segurança interna (contraespionagem, luta contra o crime organizado, o terrorismo e o tráfico de drogas) e externa (espionagem). Dele dependem, entre outros, a proteção e guarda da fronteira estadual da Federação Russa, o que inclui as águas interiores, o mar territorial, a zona económica exclusiva, a plataforma continental e respetivos recursos naturais. Sucedeu ao KGB (Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti) em 1995.

A MARINHA EM MOÇAMBIQUE

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA

A Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) é um instrumento que concorre para a capacitação na produção de segurança, contribuindo quer para a paz, quer para a reforma do setor da segurança nos PALOP e em Timor-Leste.

A CDD é parte integrante da Ação Externa do Estado no domínio da defesa, contribuindo para o estreitamento das relações com os países abrangidos e para o reforço da credibilidade e visibilidade de Portugal no quadro das relações internacionais.

ESTRUTURA GERAL DA CDD

A CDD estrutura-se a partir de Acordos Bilaterais de Cooperação no Domínio da Defesa, com base nos quais são elaborados os Programas-Quadro (PQ), que integram os projetos a executar, alinhados do ponto de vista estratégico e temporal com os Programas Estratégicos de Cooperação, celebrados entre Estados.

Os PQ abrangem os projetos de natureza técnico-militar, formação em Portugal, e ações e interações em outras vertentes, igualmente relevantes no domínio do relacionamento externo da Defesa.

Dos PQ decorrem as Fichas de Projeto (FP), instrumentos balizadores da atividade de cada projeto, definindo os objetivos, as atividades a desenvolver, os recursos humanos afetos e aspetos de natureza administrativa-logística.

Os PQ e as FP são instrumentos ao nível dos Ministros da Defesa e dos Diretores de Política de Defesa, respetivamente.

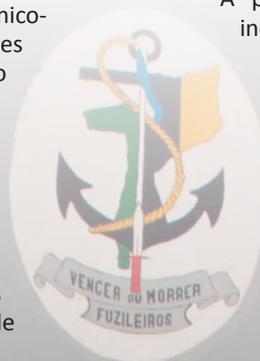
ESTRUTURA DA CDD COM MOÇAMBIQUE

Em 7 de dezembro de 1988 foi assinado, na cidade do Maputo, o Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar. A 4 de julho de 2012, igualmente no Maputo, os Ministros da Defesa de ambos os países assinaram um novo Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa, que fez cessar a vigência do anterior.

A principal alteração neste novo Acordo, reporta-se à inclusão da possibilidade de militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) integrarem contingentes portugueses em missões de apoio à paz ou humanitárias.

O atual PQ de CDD Portugal-Moçambique (PQ 2021-2026), foi assinado em Lisboa, em 10 de maio de 2021, estando em curso a aprovação das FP.

Este PQ 2021-2026 contempla seis Projetos (ver Quadro-resumo) abrangendo:



PROJETOS	DESIGNAÇÃO
1	Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
2	Exército de Moçambique
3	Marinha de Guerra de Moçambique
4	Força Aérea de Moçambique
5	Ensino Militar
6	Capacitação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em operações de contra terrorismo
Projetos do PQ 2021-26	

- A capacitação de recursos humanos em Portugal através dos programas de ensino e formação;
- O desenvolvimento de ações que visam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e humanitárias;
- A partilha de conhecimentos e de experiência no âmbito da atividade inspetiva;
- O desenvolvimento de atividades que contribuam para reforçar a segurança e a autoridade do Estado no mar;
- Outras vertentes, igualmente relevantes no domínio do relacionamento externo da Defesa, como sejam a hidrografia e a oceanografia.

Relativamente ao anterior PQ 2018-21, o PQ 2021-2026 contempla três grandes alterações - dois novos projetos e uma agregação:

- O Projeto 2 “Exército” (NOVO);
- O Projeto 5 “Ensino Militar” agregou a Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM) e o Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF), anteriormente projetos autónomos, e integrou a Escola de Sargentos das Forças Armadas (ESFA), entidade anteriormente não objeto de cooperação; e
- O Projeto 6 “Capacitação em operações contra terrorismo” (NOVO), focado na formação e treino de forças de operações especiais (Comandos e Fuzileiros Navais) destinadas a integrar as FADM no combate ao terrorismo em Cabo Delgado.

A Marinha, para além de Entidade Técnica Responsável (ETR) do Projeto 3, contribui com um Assessor Técnico Permanente para o Projeto 5, cuja ETR é o Instituto Universitário Militar (IUM); esse assessor desempenha funções em apoio à AMMSM, em Nampula.

Atualmente, a Marinha também assegura o cargo (ocupado de forma rotativa com o Exército) de Diretor Técnico do Projeto 1 “Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique”. Este cargo é desempenhado, pela primeira vez, por um oficial general, com o posto de COM/BGEN.

A Marinha poderá, ainda, periodicamente, ter outros militares a desempenhar funções como assessores temporários em cargos do Projeto 5 – no ISEDEF e na ESFA – sendo as indigitações de oficiais e sargentos, para esses estabelecimentos de ensino, uma responsabilidade do IUM.



INTERVENÇÃO DA MARINHA – PERSPETIVA HISTÓRICA

A Marinha de Guerra de Moçambique (MGM) foi formalmente criada em 31 de março de 1975, data que assinala a entrega das unidades navais e das infraestruturas por parte da Marinha Portuguesa, no cumprimento das deliberações do Memorandum de Entendimento assinado em Lusaca, Zâmbia, entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Governo Português.

As atividades da Marinha Portuguesa no âmbito da CDD com Moçambique tiveram início em 1978, através de ações de formação em Portugal, interrompidas entre 1979 e 1988 por motivos relacionadas com a situação de segurança interna em Moçambique.

No início dos anos 90 foi criada, no Ministério da Defesa Nacional, a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN). Uma das suas incumbências era estudar, planear, coordenar e avaliar a Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os PALOP e Timor-Leste. A DGPDN veio dar um novo e forte impulso à então CTM, que passou a reger-se por PQ, constituídos por projetos a executar pelas ETR; os PQ eram revisitados de três em três anos.

Nos anos 90, a Marinha desempenhou um papel central e fulcral na edificação dos Fuzileiros Navais da MGM, destacando-se neste âmbito a criação, em 1994, do Centro de Instrução de Fuzileiros, posteriormente designado (em finais de 2012) de Centro de Formação de Fuzileiros e Escola de Fuzileiros Navais (EFN). Principais passos nesta área:



Escola de Fuzileiros na Katembe.



Formação com botes.

- Realização da 1ª Edição do Curso de Fuzileiros Navais para formadores, em 1994, frequentada por oficiais e sargentos;
- Realização da 1ª Edição do Curso de Formação de Praças Fuzileiros recorrendo aos formadores anteriores, acompanhados pela Assessoria Portuguesa; e
- Constituição da primeira Companhia de Fuzileiros Navais, depois designada de Batalhão de Fuzileiros Navais e 1ª Unidade Operacional de Fuzileiros Navais.

Outras datas marcantes da CTM:

- Em 2009 teve início a 1ª Edição do Curso de Instrução Militar Básica e a 1ª Edição do Tirocínio para Oficiais provenientes da AMMSM;
- Em 2011 teve início a 1ª Edição do Tirocínio para Sargentos provenientes da ESFA.

Ao longo dos diferentes PQ celebrados entre Portugal e Moçambique, a Marinha manteve sempre uma presença significativa em Moçambique, quer em recursos humanos quer através da disponibilização de material e meios para a MGM. Para além do apoio especial à componente dos Fuzileiros Navais, a intervenção da Marinha Portuguesa estendeu-se a outras áreas, destacando-se os apoios:

- Ao Comando, Estado-Maior e Repartições da MGM (com base permanente);
- À edificação, em 1999, do Grupo de Escolas de Formação (GEF), estabelecimento de ensino e formação militar que formou os primeiros grumetes nas diferentes especialidades;
- À criação, de 2008 a 2012, do Centro de Formação de Formadores (CFF); e
- À realização de múltiplas assessorias temporárias, para ministrar formação técnico-pedagógica para formadores aos cursos de formação de praças nas áreas da eletricidade, da mecânica e da limitação de avarias.

Outro tipo de ações / assessorias técnicas desenvolvidas pela Marinha Portuguesa no âmbito dos PQ:

- Em 2011, relativamente a um curso sobre Centros de Operações Marítimas;
- Em 2013, através do envio (durante aproximadamente cinco meses) de uma unidade móvel de formação (constituída por cinco militares) para capacitar os formadores do GEF em diferentes áreas técnicas;
- Em 2014, relativamente à edificação do Centro de Operações da Marinha (CEOPMAR) e à elaboração do Manual com as linhas gerais do seu funcionamento;
- Em 2014, através da realização de uma ação de treino e avaliação (ao longo de três semanas) ao navio patrulha

Pebane (ex-ESPS Dragonera), por uma equipa do Centro de Integrado de Treino e Avaliação (nove militares);

O ATUAL PROJETO 3

Ao Projeto 3 estão alocados dois oficiais:

- O Diretor Técnico – CMG - mais direcionado para o apoio ao Comando e Estado-Maior; e
- Um Assessor Técnico – CFR / CTEN FZ – para todas as questões relacionadas com as unidades de fuzileiros - Escola de Fuzileiros Navais e Comando da MGM.

O Projeto tem como objetivo global “Apoiar a Marinha de Guerra de Moçambique” e como objetivos específicos:

- Assessorar o Comando e Estado-Maior da MGM;
- Prestar apoio no âmbito da capacidade operacional da MGM (UN e UF);
- Apoiar a Escola de Fuzileiros Navais e a Escola Naval de Pemba; e
- Apoiar o Comando da MGM, no âmbito da Autoridade Marítima.

As atividades do Projeto vêm-se desenvolvendo de acordo com o PQ 2021-2026, objetivos e atividades definidas no Draft da Ficha do Projeto, bem como decorrente das necessidades que vão sendo identificadas pelos moçambicanos e das iniciativas tomadas. As atividades incidem em diferentes Organismos e Unidades da MGM, nas seguintes áreas:

- Comando e Estado-Maior
 - Assessoria e consultadoria ao Comando e Estado-Maior, elaborando estudos, propostas e pareceres; e
 - Segurança e autoridade do Estado, nos espaços marítimos sob jurisdição de Moçambique.
- Capacidade operacional
 - Funcionamento das Unidades Navais, de Mergulhadores, de Fuzileiros e do Centro de Operações da Marinha;
 - Padrões de Prontidão das unidades navais e de Mergulhadores;
 - Treino, aprontamento e avaliação das unidades operacionais; e
 - Bases Navais.
- Escola de Fuzileiros Navais /Escola Naval de Pemba
 - Organização e funcionamento; e
 - Desenvolvimento técnico e pedagógico do corpo docente e dos meios técnicos-pedagógicos.



Cumprimentos ao comandante da Marinha de Guerra de Moçambique.
Troca de lembranças com o CALM Muatuca.



Assinatura do Livro de Honra da Companhia Independente de Fuzileiros.

Em julho de 2021, a Escola Prática de Marinha (EPM) localizada nas proximidades do Comando da MGM, em Maputo, foi extinta e as suas atribuições passaram para a Escola Naval de Pemba (ENP). A formação de base das diferentes especialidades de praças (exceto Fuzileiros) e o Tirocínio dos Oficiais e Sargentos (exceto Fuzileiros) passaram, assim, para aquela Escola. O apoio que sempre foi prestado à EPM no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, ficou assim um pouco condicionado, dado o afastamento da ENP, que dista de Maputo aproximadamente 2.400 km.

O apoio ao Comando da MGM no âmbito da Autoridade Marítima tem sido residual e pontual, por ser uma área que se encontra em processo de reestruturação ao nível governativo.

É de referir, ainda, no âmbito da execução deste PQ 2021-2026 o apoio em material e equipamento, salientando-se as cedências de:

- Seis botes, respetivos motores e palamenta, em dezembro de 2021, e
- Diverso material escolar (esquadros, compassos e régua de navegação), várias obras nas áreas da história naval, navegação e dicionários, e 987 manuais técnicos dos cursos de formação sargentos e praças, em junho de 2022.

VISITA DO ALM CEMA/AMN

A convite do seu homólogo e no âmbito das boas relações entre Portugal e Moçambique, em particular entre Marinhas, o CEMA, ALM Gouveia e Melo, deslocou-se a Moçambique em dezembro de 2022.

A visita do Almirante CEMA começou no dia 1, pelo Comando da MGM, onde se encontrou com o CALM Eugénio Muatuca, Comandante daquele Ramo das Forças Armadas, e com os seus oficiais de Estado-Maior.

Acompanhado pelo Almirante Muatuca, deslocou-se também à EFN na Katembe, onde a Marinha apoia a formação desta força especial, tendo recebido um *briefing* do seu Comandante e assistido a uma demonstração pelos Fuzileiros Navais Moçambicanos.

Aproveitando a estada em Moçambique, o ALM CEMA visitou ainda:

- A convite da DGPDN, outras estruturas da CDD, atualmente coordenadas pelo COM Cavaleiro Ângelo; e
- A Missão de Treino da União Europeia em Moçambique, comandada pelo COM FZ Martins de Brito.

PERSPETIVAS DE FUTURO

A zona marítima a leste e sudeste da foz do rio Rovuma, no norte, é rica em hidrocarbonetos. As explorações no mar e a respetiva logística em terra precisam de condições de segurança que as FADM, atualmente, não são capazes de assegurar.

A situação de segurança interna na Província de Cabo Delgado, flagelada por atos de terrorismo e pela ocupação temporária de parcelas do território, incluindo ilhas litorais, levou Moçambique a solicitar apoio internacional e despertou a consciência política e cívica para a necessidade de um maior investimento local nas Forças Armadas, no sentido de as preparar e equipar adequadamente para fazer face a este tipo de ameaças.

Neste contexto de maior investimento nas FADM, a CDD pode desempenhar um papel importante e central na resposta, quer em geral aos desafios que se são colocados, quer em particular (no que à MGM diz respeito) ao Projeto 3.

Na MGM, as áreas que carecem de desenvolvimento prioritário dizem respeito:

- À capacitação ao nível da formação e treino das guarnições;
- À manutenção e sustentação das unidades navais e de fuzileiros operacionais;
- À implementação de padrões de prontidão; e
- À edificação de uma estrutura de treino e avaliação.

O comando e controlo é outra área que deve merecer a maior atenção de forma a permitir uma correta e adequada Ação de Comando no aprontamento e emprego das unidades operacionais.

No plano da formação, a qualificação técnica dos militares é outro aspeto da maior relevância, no sentido de responder aos desafios da operação e manutenção de sistemas, meios e equipamentos cada vez mais tecnológicos.

Em suma, perspetiva-se um longo e profícuo percurso para a CDD com Moçambique, em especial com a MGM.



Gomes Lopes

CMG

DIRETOR TÉCNICO DO PROJETO 3 - MARINHA DE MOÇAMBIQUE

Notas

¹ Acrónimo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

GUERRA NO PACÍFICO

CARTWHEEL

No rescaldo das campanhas de Guadalcanal, no arquipélago das Ilhas Salomão e de Buna, na Nova Guiné, os estrategos americanos estavam plenamente conscientes de que a campanha contra Rabaul – na verdade, qualquer ofensiva no Pacífico – exigiria muito mais recursos.

ÁFRICA

Apelidada pelos americanos de operação *Shoestring* pela inadequada preparação operacional e falta de planeamento logístico, acabou por ser o ambiente em que foi experimentada, e desenvolvida, muita da doutrina operacional, posteriormente adotada pela Marinha americana.

Antes de resolver a questão da alocação de recursos, os Aliados teriam que acordar uma estratégia coerente. Foi com este propósito que os líderes Aliados se reuniram em Casablanca, entre 14 e 24 de Janeiro de 1943. Nela participaram o presidente americano Franklin Roosevelt, o primeiro ministro britânico Winston Churchill, os representantes da França livre, Charles de Gaulle¹ e Henri Giraud² e os chefes militares do Combined Chiefs of Staff (CCS).

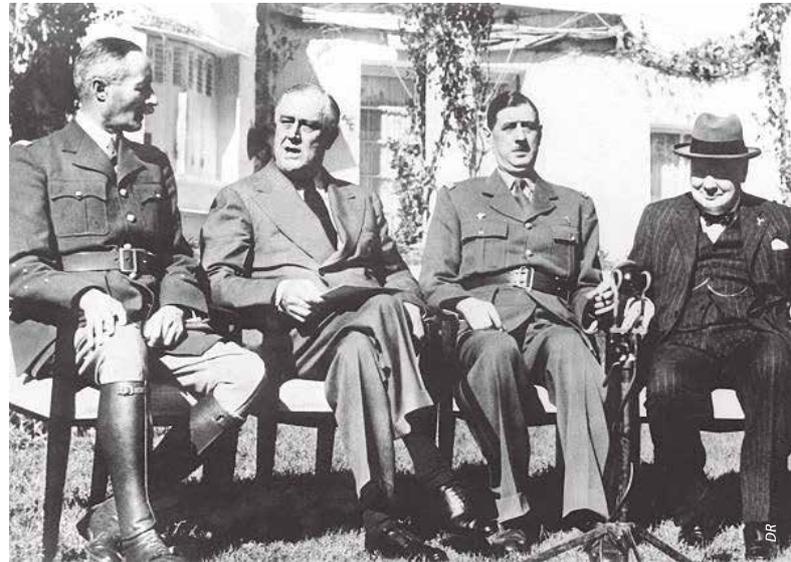
A “Declaração de Casablanca” ficou marcada por aquela que viria a ser uma das mais importantes, senão mesmo a mais importante, decisão estratégica para o planeamento futuro no combate às potências do Eixo, ou seja, que a guerra só terminaria com a “rendição incondicional” da Alemanha. Winston Churchill num discurso na Câmara dos Comuns, a 22 de Fevereiro de 1944, explicitou: “Rendição incondicional quer dizer que os vencedores têm as mãos livres. Não quer dizer que tenham o direito de se comportar de forma bárbara nem que queiram apagar a Alemanha das nações da Europa. Se estamos vinculados, estamos vinculados pelas nossas mesmas consciências à civilização”.

Embora da conferência de Casablanca não tenha resultado um plano concreto para o prosseguimento da guerra, nem um compromisso sobre a percentagem de meios a atribuir ao teatro do Pacífico, o CCS decidiu que as operações no Pacífico deveriam ter como objetivo manter a iniciativa e preparar uma grande ofensiva contra o Japão após a derrota da Alemanha. Isto significava, na verdade, que os americanos podiam prosseguir com os seus planos no Pacífico.

DUAS CAMPANHAS

A conclusão da primeira fase da operação CARTWHEEL, a tomada de Guadalcanal e de Buna, reabriu a controversa questão do comando no sul e sudoeste do Pacífico. A diretiva do Joint Chiefs of Staff (JCS), que dava ao GEN MacArthur a responsabilidade pelas fases dois e três, exigia a cooperação e a partilha de recursos com o ALM Nimitz. Como era seu hábito, MacArthur não estava disposto a ceder os seus recursos, esperando que Nimitz se conformasse com os seus planos.

Para permitir avançar com o planeamento, o JCS teria que emitir uma nova diretiva que permitisse aos dois comandantes de teatro operarem independentemente. A 8 de janeiro, o GEN Marshall enviou uma mensagem a MacArthur na qual solicitava os planos detalhados da operação e sugeria que se encontrasse com os ALM Halsey e Nimitz para organizar a segunda fase. MacArthur recusou encontrar-se com Nimitz, argumentando que sem uma longa preparação e mais meios, o esforço para capturar Rabaul certamente fracassaria. Por outro lado, Nimitz recomendou que se avançasse imediatamente por forma a manter o *momentum* e a pressão sobre o inimigo.



Em março de 1943, numa reunião em Washington para discutir a estratégia no Pacífico, o Chefe da Divisão de Operações do Estado-Maior do Exército, o MGEN Thomas T. Handy, argumentou que todas as operações ao longo da costa da Nova Guiné e a recaptura das Filipinas deveriam ser centralizadas sob o comando de MacArthur. Contudo, o ALM King não aceitou a sugestão, propondo, por sua vez, um avanço, ao longo da Nova Guiné sob o comando de MacArthur e, em simultâneo, o avanço com forças navais e anfíbias através do arquipélago das ilhas Salomão, que seria da responsabilidade de Nimitz.

Este conceito tornou-se a base de um acordo alcançado a 28 de março. O JCS decidiu que Nimitz e MacArthur seriam responsáveis por ofensivas independentes, apoiando-se mutuamente. As fases seguintes da operação CARTWHEEL seriam constituídas por duas campanhas, uma mais terrestre, liderada por MacArthur, a campanha da Nova Guiné e outra eminentemente naval e anfíbia liderada por Halsey, a campanha das ilhas Salomão Centrais.

Esta dupla campanha, que durou praticamente 12 meses – março de 1943 a março de 1944 – não só neutralizou Rabaul, uma das mais importantes bases japonesas, como alavancou o avanço das forças Aliadas para a conquista das Filipinas que, juntamente com o avanço pelo Pacífico central dos meios aeronavais de Nimitz, permitiriam o bloqueio das ilhas japonesas e, alguns meses mais tarde, o ataque ao coração do Império do Japão.



Piedade Vaz
CFR REF

Notas

¹ Á época o militar mais graduado entre os franceses que se tinham exilado no Reino Unido após a capitulação da França em 1940.

² Comandante das tropas francesas no Norte da África após a Operação Torch (novembro de 1942).

CABOS SUBMARINOS PORTUGAL (NOVAMENTE) NO EPICENTRO DA GLOBALIZAÇÃO



“Nós somos não só o ponto de melhor localização dos cabos, mas somos o ponto onde, junto aos cabos, melhor podem ser localizados os data center e todas as indústrias associadas aos dados” afirmou o Primeiro-Ministro Dr. António Costa durante a cerimónia de inauguração, em 2022, do cabo submarino *Equiano*

INTRODUÇÃO

Na última década assistiu-se a uma verdadeira revolução no volume e velocidade das comunicações intercontinentais, alavancada pelo significativo incremento na capacidade dos cabos submarinos, os quais permitem a transmissão de milhões de pacotes de dados por segundo. Esta revolução, na era da Sociedade da Informação, é de certa maneira análoga aquela que ocorreu no século XIX e parte do século XX, quando a transmissão e receção de mensagens passou a ser efetuada por sinal elétrico, praticamente em tempo real, ao invés do transporte em navios, cuja viagem demorava semanas. Ora, em ambos os momentos, um elemento foi comum e esteve no epicentro de ambas as revoluções: o cabo submarino.

Atualmente, segundo o relatório “*Cyber Defense Across the Ocean Floor*”¹, os cabos submarinos transportam quase 97%² das comunicações de dados e de *internet*, entre nações e continentes, constituindo-se como a principal infraestrutura física que suporta o ciberespaço. Ademais, como indicador da elevada importância destas verdadeiras autoestradas digitais para as sociedades atuais, de acordo com dados da empresa de telecomunicações *TeleGeography*, estima-se que até ao final de 2023 estejam em funcionamento cerca de 552 cabos submarinos, perfazendo um total aproximado de 1,4 milhões de km de comprimento de cabos.

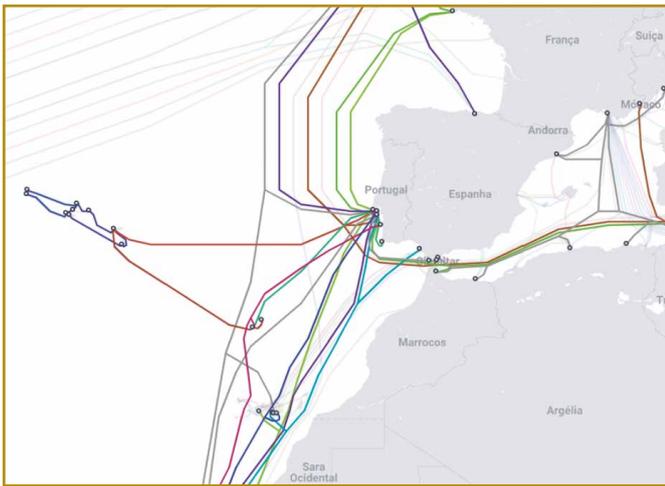
Neste universo, Portugal afirma-se como um ator nevrálgico no panorama da rede internacional, constituindo-se como um dos principais nós no Oceano Atlântico, com 12 amarrações a cabos submarinos internacionais, sendo o único país no mundo com ligações diretas estabelecidas com todos os continentes, à exceção da Antártida.

OS CABOS SUBMARINOS EM PORTUGAL

Decorrente da sua posição geoestratégica, Portugal assumiu, desde muito cedo, um papel central nas ligações transatlânticas por cabo submarino. Na realidade, as limitações tecnológicas das primeiras ligações, sobretudo as conectadas por cabo telegráfico, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, obrigavam à existência de estações de retransmissão, constituindo-se os territórios portugueses, em particular as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, como locais privilegiados para a interligação das comunicações atlânticas.

O primeiro cabo telegráfico submarino com ligação a Portugal foi inaugurado em 1870, com conexão de Carcavelos a Inglaterra e Gibraltar, permitindo ainda ligações com Malta, Índia e China. Daí para cá, foram estabelecidas várias outras estações de cabos submarinos internacionais em território nacional, com especial destaque para Carcavelos, Sesimbra, Seixal, Sines, Funchal e a Horta. Importa salientar o caso particular da Horta, que devido à sua centralidade geográfica no Atlântico, a meio caminho entre a América do Norte e a Europa, chegou a possuir 15 cabos internacionais amarrados.

Atualmente, Portugal possui 12 amarrações de cabos submarinos internacionais e 7 ligações óticas nacionais. No que concerne aos locais de amarração, no Continente existem, à data, 5: Carcavelos, Seixal, Sesimbra³, Sines e Sagres. O Arquipélago dos Açores possui um local de amarração por cada uma das nove ilhas (Vila do Porto, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Graciosa, Velas, Faial, São Mateus, Flores e Corvo), enquanto o Arquipélago da Madeira possui dois locais, Funchal e Porto Santo.



Os 19 cabos submarinos ligados a Portugal início de 2023 (TeleGeography, 2023)

O investimento efetuado pelas grandes multinacionais de telecomunicações em Portugal nesta Infraestrutura Crítica (IC) e nas estruturas essenciais ao seu funcionamento, como são o caso dos importantes Centros de Dados, tem sido bastante significativo, perspetivando-se que assim continue no futuro. Neste âmbito, releva-se a recente inauguração de dois cabos submarinos de fibra ótica de última geração:

- O “Ellalink” em 2021, que liga a Europa (através de Sines) à América do Sul (Fortaleza); e
- O “Equiano” da Google, em 2022, que liga a Europa (através de Sesimbra) à África do Sul (Melkbosstrand).

Além destes, até ao final de 2023 prevê-se que entre em funcionamento o maior cabo submarino do mundo, o “2Africa”, propriedade de um consórcio liderado pelo Facebook, com amarração em Carcavelos. Para 2024, está prevista a entrada em operação do cabo submarino “Medusa”, também com amarração a Carcavelos⁴.

No quadro nacional está igualmente prevista a realização de um grande investimento nesta IC, com a substituição dos cabos submarinos, em operação desde 1998, que asseguram as comunicações entre o Continente, os Açores e a Madeira: o Anel CAM. Concretamente, o novo Anel CAM contará com 6 pares de fibras óticas, ou seja, disporá de maiores capacidades de transmissão e transporte de dados que os anteriores e prevê-se que agregará novas funcionalidades e serviços, tais

como a deteção sísmica, a monitorização ambiental e o controlo da atividade submarina nas águas de soberania e jurisdição nacionais.

Porém, esta gigantesca infraestrutura submarina, localizada quase toda ela em áreas de jurisdição nacional, acarretará novos desafios ao Estado Português, no que concerne à sua proteção e garantia de segurança, os quais se abordarão, sumariamente, em seguida.

AMEAÇAS AO FUNCIONAMENTO DOS CABOS SUBMARINOS

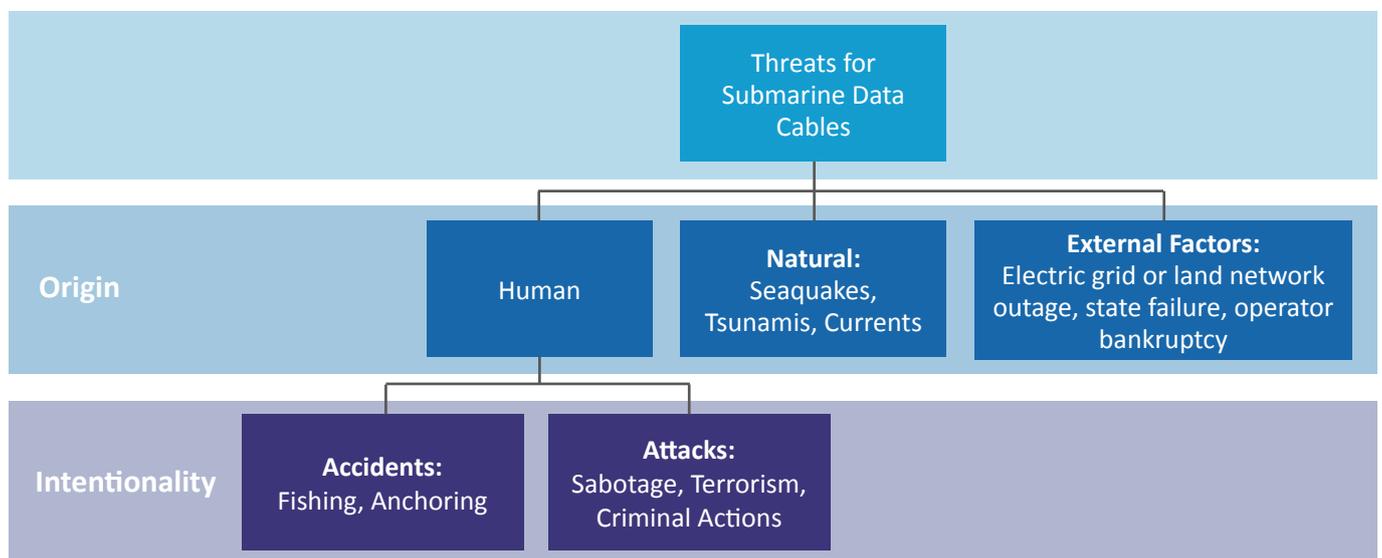
Segundo dados do Relatório do Parlamento Europeu, de 2022, sobre as ameaças à segurança dos cabos submarinos (Bueger, Liebetrau, & Franken, 2022), todos os anos cerca de 100 cabos sofrem danos consideráveis, com impacto na sua capacidade de transmissão de dados. Estas falhas passam, normalmente, despercebidas aos utilizadores finais, porque o tráfego de dados é reencaminhado através de cabos submarinos alternativos⁵. Estas falhas têm origem, regra geral, nos três tipos de ameaças que impendem sobre os cabos submarinos:

- As naturais;
- As externas; e
- As humanas.

As ameaças resultantes de causas naturais decorrem quer de fenómenos da natureza de grande magnitude, como maremotos, atividade sísmica e fortes correntes subaquáticas provocadas por tempestades, quer pela própria erosão instigada pela longa exposição ao ambiente subaquático a grandes profundidades.

As falhas originadas por razões externas estão relacionadas com problemas que podem surgir nas infraestruturas e nos serviços de apoio ao funcionamento dos cabos submarinos, tais como: a rede elétrica; a rede de comunicação terrestre; e a manutenção da infraestrutura pelos operadores.

Os danos provocados, nos cabos submarinos, pela atividade humana podem ser resultado de ações acidentais ou de ataques deliberados. As causas acidentais são consequência das atividades marítimas quotidianas, tais como a pesca, as manobras de fundear e suspender e as operações de dragagem. Com efeito, estima-se que, anualmente, elas sejam responsáveis por 70 % dos casos de interrupção de serviço, constituindo-se como o principal fator que afeta o funcionamento dos cabos submarinos. Por sua vez, os ataques deliberados à infraestrutura



de cabos submarinos, em terra e no mar, podem ser conduzidos:

– Por atores estatais, no âmbito da implementação de estratégias conflituais de natureza híbrida, como a sabotagem (destruição) ou ações de ciberespionagem; ou

– Por atores não-estatais, através de ações de terrorismo ou atividades criminosas.

Neste último âmbito, desde que, em 24 de fevereiro de 2022, teve início a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, constatou-se um aumento dos casos suspeitos de envolvimento da Marinha de um desses países em ações de ciberespionagem e sabotagem a cabos submarinos ligados a países aliados. Um dos últimos incidentes reportados⁶ deste tipo ocorreu no Sul de França, a 19 de outubro – três cabos submarinos de fibra ótica foram cortados, sabotando os *link* de *internet* entre Marselha-Lyon, Marselha-Milão e Marselha-Barcelona.



DF

TIPOS DE CABO



Cabo submarino telegráfico, coaxial e fibra ótica (da direita para a esquerda, respetivamente) (Oliveira & Vilela, 2015).

Desde que foi estabelecida a primeira ligação por cabo submarino em 1850, entre a França e o Reino Unido, foram utilizados três tipos de cabos: telegráfico, coaxial e de fibra ótica. Estes diferem essencialmente no tipo de condutor dos sinais.

No cabo telegráfico existe apenas um condutor de cobre e um isolante, com o retorno do sinal feito através do mar (foi sendo substituído ao longo do século XX pelos cabos coaxiais que possuíam capacidades de transmissão superiores, além de permitirem a transmissão de comunicações telefónicas);

No cabo coaxial existe um condutor central de cobre, circundado por material isolador – polietileno - e uma bainha em cobre, no qual o campo eletromagnético fica confinado, sendo os sinais transmitidos com muito menor atenuação e dispersão do que nos cabos de cobre anteriores.

No cabo ótico existe um ou mais pares de fibras que guiam o sinal de luz infravermelha. Em 1988, foi estabelecido o primeiro cabo submarino ótico transatlântico – o TAT 8 – que, na época, decuplicou a capacidade dos anteriores cabos coaxiais, permitindo cerca de 40 000 comunicações simultâneas (Oliveira & Vilela, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da posição geoestratégica de Portugal sobressai pelo facto de ser o único país no mundo com ligações estabelecidas em cabo submarino direto com todos os continentes, à exceção da Antártida. Porém, esta gigantesca infraestrutura submarina que se encontra na área de jurisdição nacional, também, acarreta enormes desafios ao Estado Português, desde logo no que concerne à sua proteção, particularmente contra potenciais ataques deliberados conduzidos por atores estatais e não-estatais.

Nos últimos tempos, mais a mais com a Guerra na Ucrânia em curso, têm-se intensificado as ameaças à segurança desta IC, traduzidas em eventuais ações de ciberespionagem e sabotagem – um muito provável *modus operandi* da estratégia de Guerra Híbrida, empregue contra países que apoiem uma das facções em confronto nessa guerra.

Assim, compete à Marinha, no quadro da sua missão de “promover e proteger os interesses de Portugal no e através do mar”, salvaguardar a proteção dos cabos submarinos localizados nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, implementando para isso, como de resto tem vindo a fazer com grande empenho e notoriedade, ações de vigilância, patrulhamento, dissuasão e atuação contra potenciais infratores no mar.



António Ramos Carvalho
CTEN

Notas

¹ Atlantic Council, 2021.

² Os restantes 3% são feitas por satélite.

³ O cabo submarino mais longo (39.000 kms), o Sea-Me-We 3 (South East Asia – Middle East – Western Europe 3) liga a Alemanha à Austrália (servindo pelo caminho o Japão e a Coreia do Sul), passando por Portugal onde tem uma amarração em Sesimbra. O Sea-Me-We 6, cuja construção já começou, irá ligar o sul de França a Singapura (19.200 kms de extensão, servindo pelo caminho o Egito, a Arábia Saudita, o Djibuti, o Paquistão, a Índia, as Maldivas, o Sri Lanka, o Bangladesh e a Malásia) e terá uma largura de banda de 120 Tbps.

⁴ Carcavelos será o ponto mais ocidental dos mais de 8.700 km de extensão do cabo, que ligará um total de 9 países europeus e africanos; o ponto mais oriental será Port Saïd, no Egito.

⁵ A fiabilidade dos cabos submarinos ronda já os 99,999% (regra dos cinco 9), ou seja, as falhas (100 a 150 por ano, contabilizados os últimos anos) são inferiores (em média) a 5 minutos por ano. Para tal desiderato, muito contribuem as redundâncias atualmente existentes no roteamento de tráfego.

⁶ Suspeita-se que provocado por um submersível de um dos contendores.

OS NOVOS RECRUTAS DA MARINHA EX-ESTAGIÁRIOS

A razão por que se tornaram militares da Marinha após os seus estágios?

Algo aparentemente simples. Alguns têm ou tiveram família num dos ramos; outros não têm legado militar a correr nas veias, mas valores como “organização”, “camaradagem”, “disciplina”, “serviço à comunidade” ou “visão estratégica” falaram mais alto.

Estas são histórias de alguns dos nossos ex-estagiários, atualmente militares da Armada, das suas aspirações e da importância e do exemplo das pessoas que se cruzaram com eles e os motivaram a ingressar na Marinha.

Pessoas seguem pessoas e são as pessoas que fazem as organizações!

Estes são os seus percursos e motivações.

Prof.ª Ana Paula Silva
DIREÇÃO DE FORMAÇÃO
Adjunta do Chefe da Repartição de Tecnologias da Formação

#

**EUESTAGIEINA
MARINHA**



Santiago Norte da Silva | ASP TN (RI) | 24 anos

Em dezembro de 2018, Santiago da Silva, aluno da Licenciatura em Ciência Política, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), candidatava-se a um estágio curricular, na área de Cooperação Internacional.

Porquê a Marinha? No ISCSP, houve uma apresentação de instituições que recebiam estágios. Referiram a Marinha e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Escolhi vir para a Marinha porque, ao longo do meu percurso pessoal e académico, as atividades da Marinha e a sua importância no Estado Português sempre me interessaram bastante.

Depois de selecionado, foi aceite, no Estado-Maior da Armada, na área de Protocolo, no período de fevereiro a maio de 2019.

Foi uma experiência intimidante porque estava num espaço diferente que não era a minha área de conforto. O meu tutor, o CTEN Algarvio, sempre disponível, enquadrou-me dentro da área do Protocolo, que não era de todo a área em que me sentia mais à vontade. Confirmei através desta experiência a importância que as Forças Armadas têm para o normal funcionamento do nosso país. Foi um estágio muito prático. A ideia, de um dia, o meu percurso profissional poder passar pela Marinha, teve origem nesse estágio.

Acabado o estágio, soube do mestrado em “Direito e Economia do Mar”. Fez-se um click. Era isto que queria fazer.

Em janeiro de 2021, concorreu ao Curso de Formação Básica de Oficiais (CFBO). Foi a passagem da vida civil para a militar. *Gostei da recruta, do período que passei na Escola Naval (EN). É curto, mas muito intenso em termos psicológicos. Obrigou-me a combater alguns defeitos, nomeadamente a desorganização, e a enaltecer outros como a camaradagem e o sentido de responsabilidade.*

Atualmente encontra-se no Comando Naval a desempenhar funções na área das Relações Internacionais.



Luís Gonçalo Brás | ASP TSN (QUI) | 28 anos

Em 2015, Luís Gomes estava a terminar a Licenciatura em Química. Era preciso um estágio. Surgiu a oportunidade de o fazer no Instituto Hidrográfico (IH).

Candidatou-se e, pela mão da sua tutora, a Dra. Carla Palma, encontrou um local com instalações de qualidade e um ambiente incomparável, de tal modo que, acabado o estágio, decidi que queria voltar para ficar.

Mais tarde, em 2018, voltou ao IH, com uma bolsa de investigação, onde permaneceu até ao início de 2021. *Apesar de ser uma instituição militar, muitos civis prestam serviço no IH. Não obstante, a cultura militar estava bem presente.*

Contudo, o futuro incerto da sua situação profissional era preocupante. *Precisava de estabilizar. A Marinha? Tinha um certo fascínio pela vida militar. Julgo que a cultura militar me assenta bem. Uniformidade, hierarquia... estes e outros valores iriam ajudar-me na construção da minha pessoa. A isto juntava-se a procura de garantir um futuro. Ingressar na Marinha tornou-se uma prioridade. Concorri e fui incorporado.*

Veio a recruta. Sabia o que me esperava. Passou-se um mês. Era isto que eu queria!

“Bom filho a casa torna”! Por isso foi colocado no IH, onde desempenha funções na Divisão de Química e Poluição do Meio Marinho.

Voltava a fazer o mesmo percurso? Sim, sem dúvida!



Duarte Lopes Pereira | 2TEN TN (COM) | 29 anos

Duarte Pereira candidatou-se a um estágio na Marinha quando frequentava o 3º ano da Licenciatura de Comunicação e Multimédia no Instituto Politécnico de Leiria.

Desde pequeno que tinha o gosto de vir para a Marinha, apesar de não ter família nem amigos militares. Em 2016, na faculdade, tenho oportunidade de escolher um sítio para estagiar. Investiguei e vi o CIRP: comunicação, redes sociais, recursos humanos. Sítio certo, instituição certa!

Entrou no Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, para a área de Comunicação, Relações Públicas, Publicidade e Multimédia, em 2016.

Uma equipa fantástica! Se hoje estou aqui, é por eles, uma receptividade e companhia que ainda hoje me comovem. Enquanto estagiários por vezes somos só mais um, mas foi-me dada “voz”. Acompanhei-os para todo o lado. Fui o primeiro de Leiria, outros se seguiram...

Acabado o estágio, trabalhou fora durante vários meses. Até que abriam vagas para a Marinha e concorreu. *A Escola Naval foi importante. Valores como o rigor, a camaradagem e o espírito de equipa são a base da cultura naval.*

Foi colocado no Comando Naval, “a escola”, como lhe chama, na área de Protocolo e Eventos. *É ali que se aprende a ser responsável, mais de 270.000 visitas ao setor para organizar...*

Em fevereiro de 2020, foi colocado no Gabinete de Protocolo do ALM CEMA, *De repente estou com um Ministro, com um Secretário de Estado ou com um Embaixador... Amadureci muito também a nível pessoal.*

Voltava? Sim, estes anos deram-me estaleca, à vontade, capacidade de trabalho e organização.

**Marcelo Correia Pedro | ASP TN (RP) | 24 anos**

Marcelo Pedro frequentava o 3º ano da Licenciatura de Comunicação e Relações Públicas, no Instituto Politécnico da Guarda, quando se candidatou, em 2020, a um estágio curricular no Serviço de Comunicação, Informação e Relações Públicas (CIRP) da Marinha.

As Forças Armadas sempre me cativaram e, dos três ramos, a Marinha era a minha preferida pela ligação com o mar. Por isso, o único “email” que enviei foi para a Marinha. Em plena pandemia, bastou uma chamada telefónica e uma reunião virtual para ajustar pormenores.

O plano de estágio? *Fazer o que gostava de fazer, desenvolver conteúdos em Photoshop, dar apoio a comunicados de imprensa, entre outros.*

Logo nos primeiros dias, divulgam a minha primeira missão no Facebook da Marinha.

Disponibilidade, prontidão, sempre que precisei de ajuda, foi o que encontrei no CIRP.

Em janeiro, abre o CFBO e “não é tarde, nem é cedo”. A máxima de que “As pessoas fazem as organizações” aplicou-se no meu caso na totalidade. Foi a CTEN Carla Morais, minha tutora, que me levou a entrar para a Marinha. Chegado à recruta, novamente o mesmo ambiente, os mesmos valores, “Rigor!”, “Rigor!”

Neste momento, encontra-se no Estado-Maior da Armada na Divisão de Relações Externas do Gabinete de Diplomacia e Protocolo. Sem dúvida, voltava a fazer este percurso.

**Mariana Fialho | ASP TN (EDU) | 23 anos**

Mariana Fialho, aluna do Mestrado de Organização e Gestão em Educação e Formação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, filha de pai fuzileiro, candidatou-se, em janeiro de 2021, ao CFBO. Pensou: *Por que não? Está tudo parado por causa da Covid, vou fazer-me à vida!* Mas não houve recrutamento. *Se a minha vida estava em suspenso, porque não concorrer a um estágio na Marinha?*

A 3 de março de 2021, em plena pandemia, concorreu a um estágio na Direção de Formação (DF), tendo sido colocada no Observatório da Qualidade da Formação (OQF) com a CTEN Sara Reino como tutora. *Identifiquei-me com as pessoas, com o espírito de camaradagem que ali se respira, com o projeto de formação da Marinha, com tudo o que me foi “oferecido”.*

O ambiente que encontrou na DF, o apoio de todo o pessoal, inclusive a possibilidade de frequentar as aulas de Educação Física, ajudaram-na a tomar a decisão de abraçar a carreira militar. *Em outubro de 2021, fui chamada para as provas de seleção. Em novembro, soube pelo site de Recrutamento que me encontrava na lista provisória de candidatos aceites e que iria frequentar o CFBO na EN.*

Foram 25 dias úteis intensos com uma experiência de embarque no NRP Polar, em que estive ao leme, fiz de Quarto à Ponte. Não enjoei! Pela primeira vez efetuei manobras com uma semirrígida.

Sinto que tive mais oportunidades do que a maioria dos meus colegas. O facto de estagiar numa organização militar, uma realidade diferente, e não ter estado limitada à minha secretária, deu-me mais mundo.

Neste momento, está no OQF a desempenhar funções na área da avaliação externa.

**Laura Nery Eduardo | ASP TN (COM) | 23 anos**

Laura Eduardo frequentava a Licenciatura de Ciências da Comunicação na Universidade do Algarve e para finalizar o curso necessitava de realizar um estágio curricular.

Tomei conhecimento de que a Marinha dispõe de uma vasta área de estágios e a área da comunicação estratégica foi a que despertou o meu interesse.

Filha de fuzileiro! *Desde sempre o meu pai fomentou o meu interesse pelas FA e em especial pela Marinha. Ia às cerimónias do Dia da Marinha, do Dia dos Fuzileiros...*

Teve como tutores o CTEN Sousa Robalo e o CTEN Santos Fernandes. Estávamos em pleno Covid, por isso o estágio foi misto, uma parte presencial, outra remota. *O enquadramento militar no gabinete foi muito importante. Ao fim de uma semana, já estava integrada.*

O mais “estranho”? Primeiro almoço na messe. Fui de mala pensando que ia pagar.

O mais aliciante? Estive inserida numa equipa fantástica, onde era bastante valorizada. Estava na linha da frente, eu era mais uma da equipa e a contribuir para uma causa maior, o combate à pandemia. E este fator foi muito importante para a minha decisão.

Voltar à Marinha passou a ser um objetivo. *Quando abriu concurso em dezembro, preparei-me para as provas físicas. Esforcei-me imenso, mudei de hábitos para poder concorrer. Adorei a Recruta! Houve um choque inicial, faltava o conforto da casa, a privacidade, mas deu-me uma mais-valia: valorizar a minha pessoa.*

Hoje é subdiretora da Messe de Cascais. *Sou uma sortuda porque estou a gerir o palácio Seixas e as instalações do Farol da Guia. Saio a porta e estou a olhar a baía. Mas também tenho uma grande responsabilidade em mãos pelo facto de se tratar de uma unidade muito sensível por lidar com altas entidades e por ter um carácter de proximidade com a vida pessoal dos seus usuários, onde não há margem para o erro. Voltava sem dúvida a candidatar-me, as pessoas que me acolheram motivaram-me e eu admirava-as.*

REALIDADE IMERSIVA

MM
MUSEU DE MARINHA

“A 17 de Junho, ás 14h. 32m. locais, poisávamos na baía do Rio de Janeiro”¹

No início do século XX, as viagens aéreas cobriam curtas distâncias e as técnicas da navegação aérea tinham, ainda, reduzida precisão e fiabilidade.

Apenas havia registo de três viagens aéreas de longo curso sobre o mar: a travessia do Mediterrâneo (em 1913, entre a França e a Argélia); a travessia do Atlântico Norte (1919); e a travessia da Terra Nova à Irlanda (1919).

Porém, estas viagens não usavam, ainda, as potencialidades da navegação aérea de precisão e cingiram-se apenas a percursos com algum grau de confiança, quer fosse pela curta distância e facilidade em estimar o destino ou, no caso da travessia do Atlântico, pelo apoio da Marinha Americana que, de 60 em 60 milhas, orientava as aeronaves por TSF ou projetores. Não obstante, a navegação astronómica foi de pouca importância para o sucesso desses intentos.

Os enigmas da navegação aérea e as dificuldades tecnológicas eram ainda enormes e, por isso, quando, em 1919, Sacadura Cabral propôs a realização de uma viagem aérea que ligasse Lisboa ao Rio de Janeiro, estava a elevar a missão para um patamar colossal, não só pelas 4.350 milhas náuticas que distam

os dois países irmãos, mas também por todos os desafios que ainda ninguém tinha ultrapassado.

Mas a viagem aérea acabou por ser um sucesso. É um dos momentos mais relevantes da história nacional e, cem anos volvidos, a Travessia Aérea do Atlântico Sul, foi uma efeméride celebrada nacional e internacionalmente.

No entanto, recordar os feitos e acontecimentos, só por si, não possibilita aos indivíduos perceberem o passado. As peripécias, dificuldades, sucessos e infortúnios desta viagem (ou outras) são moldadas na imaginação individual e coletiva, depois da leitura ou observação das peças do passado. E, para este processo, são fundamentais instituições como os museus.

Há já algum tempo que o Museu de Marinha recorre à utilização das oportunidades tecnológicas atuais para integrar o passado no presente e ousar, assim, convidar os visitantes a experimentarem, no possível, as vicissitudes da história.

Com base nesta premissa foi inaugurada, no passado dia 12 de dezembro de 2022, uma experiência imersiva em espaço próprio dedicado (com écran circular de 180º) no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, centrada na Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul.

Esta nova oferta multimédia pretende colocar os visitantes ao lado de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, para “viverem e sentirem”, em toda a dimensão, a solidão e a ansiedade, os perigos e dificuldades, o rigor físico e a imensidão do oceano, que os aviadores experimentaram.

Este é um projeto inovador e que pretende dar continuidade à transformação tecnológica planeada para o Museu de Marinha, em linha com os projetos de renovação de toda a exposição permanente. É, também, o resultado das sinergias com o Turismo de Portugal, que permitiram aproveitar os recursos do Programa Valorizar e capitalizá-los para este projeto e outros em curso.



Duarte Dias
1TEN TSN-HIS

Nota

¹ In “Relatório da Viagem Aérea, Lisboa-Rio de Janeiro. Efetuada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, Lisboa, 1922, p.52.

ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

COMANDANTE DA ESCOLA NAVAL

No dia 27 de janeiro tomou posse como Comandante da Escola Naval (EN) o COM Rodrigues Campos, em cerimónia presidida pelo Almirante CEMA e AMN, ALM Gouveia e Melo, na presença de distintas personalidades da Marinha, Exército, Força Aérea, e representantes de universidades e de estabelecimentos de ensino superior militar.

O oficial empossado rendeu no cargo o CALM Antunes Rodrigues, a quem foi imposta, pelo ALM Gouveia e Melo, a Medalha Militar de Serviços Distintos, grau ouro.

No seu discurso, o COM Rodrigues Campos referiu a intenção da EN continuar a assegurar o ensino de qualidade, de base científica e tecnológica, a promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação, apelando continuamente à criatividade intelectual. Prosseguirá no esforço de consolidação de um corpo docente qualificado e procurará estabelecer novas parcerias e reforçar as já existentes, com entidades externas, de âmbito académico, científico, técnico e cultural, consolidando a inserção da EN na sociedade civil, assumindo uma posição de referência e elevado valor no ensino superior nacional.

No uso da palavra, o ALM Gouveia e Melo demonstrou todo o seu apoio ao novo comandante da EN, referindo que *“Acredito que continuará, com coragem e tenacidade, a implementação do novo paradigma para a EN, valorizando os futuros oficiais...”* Reforçou que o comandante da EN *“...tem as qualidades e a competência para levar a sua Missão a bom porto, cumprindo o desígnio do Infante: TALANT DE BIEN FAIRE!”*

Para tal indicou algumas das linhas condutoras, como a exploração das tecnologias emergentes e disruptivas, e da transição digital aplicada à componente Militar-Naval, mantendo, no entanto, a sua formação basilar de um oficial da Marinha, privilegiando as áreas da Marinharia, da Navegação, da Liderança, da História Naval, das Relações Internacionais e da Estratégia.

Referiu que o Centro de Investigação da EN (CINAV) tem de potenciar e sustentar a investigação científica e tecnológica da Marinha, reforçando as interações com outros centros de investigação, a academia e o mundo empresarial.”

Dirigiu-se por fim aos cadetes e Aspirantes da EN lembrando que *“...servir o país no mar requer uma enorme força de vontade que vos porá à prova diversas vezes.*

Esta Escola prepara-nos para sermos líderes e comandantes, mas nunca se esqueçam que comandar obriga, muitas vezes, a exigir dos outros e de nós próprios sacrifícios que só os fortes e os determinados exercem de forma justa e constante”.

Após o desfile do Corpo de Alunos, a cerimónia foi dada por encerrada. Altura para felicitar os dois oficiais – o empossado e o agraciado.



Colaboração da **ESCOLA NAVAL**



Fotos IMAR L. Pereira Miguel

SÍNTESE CURRICULAR

O COM Carlos Osvaldo Rodrigues Campos nasceu em Lisboa, ingressou na EN em 1984 e especializou-se em Eletrotécnica.

Embarcou em navios do tipo reabastecedor de esquadra, corveta e fragata, a bordo dos quais participou em vários exercícios nacionais e internacionais.

Foi formador na Escola de Eletrotécnica e chefiou a Área Tecnológica de Radares e Guerra Eletrónica do Arsenal do Alfeite.

Já como oficial superior, foi Capitão dos Portos e Comandante da Polícia Marítima (PM) de Vila Real de Santo António e de Tavira. Integrou a delegação portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha, foi Oficial de Ligação da Marinha e da AMN no *Maritime Analysis and Operations Center* e no Centro Nacional de Coordenação Marítima.

Em 2015, assumiu o Comando da ETNA e, em 2017, assumiu os cargos de Comandante da Zona Marítima do Norte e Capitão dos Portos do Douro e Leixões.

Completo o CPOG em julho de 2019, após o qual foi nomeado Comandante da Força Naval para a realização de missões no âmbito da segurança marítima e no apoio à política externa do Estado.

Em novembro de 2020 assumiu o cargo de Diretor Técnico da DGAM e desde abril de 2021, foi o responsável, perante o Instituto Camões, pela implementação do Projeto SWAIMS (*Support to West Africa Integrated Maritime Security*), que visa apoiar a implementação da Estratégia Marítima Integrada da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

COMANDANTE DO CORPO DE FUZILEIROS

No dia 14 fevereiro tomou posse como Comandante do Corpo de Fuzileiros (CCF) o COM Valente Tinoco. A cerimónia, que decorreu na Escola de Fuzileiros, foi presidida pelo Comandante Naval, VALM Chaves Ferreira, tendo contado a presença de diversos oficiais gerais, antigos comandantes do Corpo de Fuzileiros (CF) e da Escola de Fuzileiros (EF), bem como de outros oficiais, sargentos, praças e civis.

Na cerimónia foi imposta pelo VALM Chaves Ferreira, a Medalha Militar de Serviços Distintos – grau ouro – ao CCF cessante, COM FZ Mariano Alves, pelos serviços prestados.

Após a leitura do despacho de nomeação, o recém-empossado CCF proferiu um discurso em que vincou o orgulho que sentia ao comandar tão ilustre unidade, ciente não só da importância e história do CF enquanto legítimo herdeiro da primeira força militar constituída com carácter permanente em Portugal, o Terço da Armada da Coroa de Portugal, mas também dos desafios que se avizinham, frisando as dificuldades estruturais identificadas. Manifestou a sua total disponibilidade e o compromisso para, de acordo com as orientações superiores, proceder à reestruturação organizacional do CF, desenvolver a sua capacidade anfíbia e modernizar o armamento e as viaturas em uso.

O Almirante Comandante Naval, na sua alocução, abordou os vetores de desenvolvimento necessários ao CF, destacando a necessidade de prosseguir a experimentação do conceito *light and fast*, readaptar o modelo organizacional do CF, adquirir armamento de calibre 5.56mm e simuladores de tiro, edificar e testar a capacidade de viaturas táticas ligeiras, dinamizar a fábrica de botes e operacionalizar o uso de *drones*.

O Comandante Naval desejou, ainda, os maiores sucessos ao novo CCF.

Após o desfile das forças em parada, a cerimónia foi dada por encerrada. Altura para felicitar os dois oficiais – o agraciado e o empossado.



Colaboração do CF

SÍNTESE CURRICULAR

O COM Armando Pereira da Costa Valente Tinoco nasceu em Coimbra e ingressou na Escola Naval em 1985, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais, em 1990.

É especializado em Eletrotécnica e frequentou vários cursos de carreira, designadamente o Curso Geral Naval de Guerra e o Curso de Promoção a Oficial General. É mestre em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

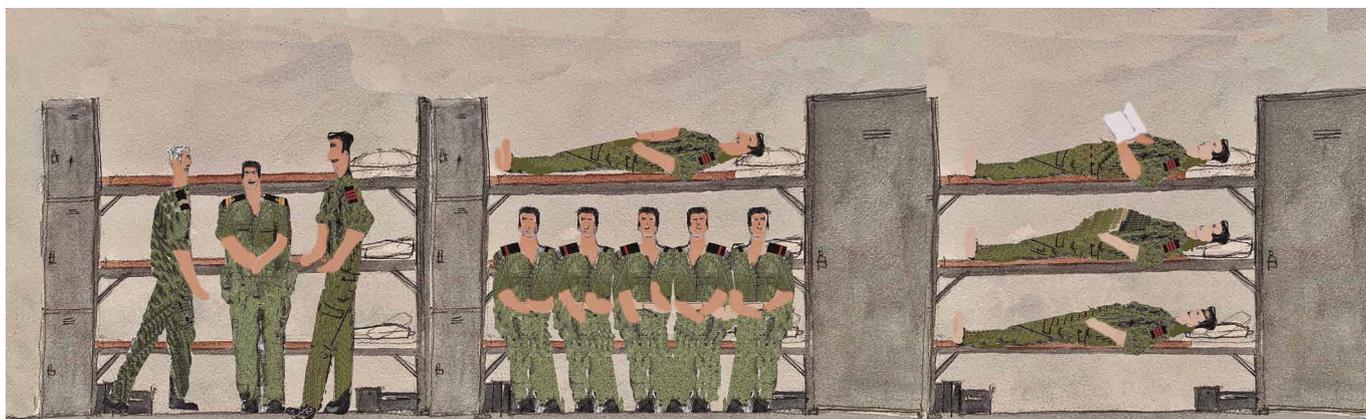
Ao longo da sua carreira desempenhou vários cargos em unidades navais, de onde se salientam o comando dos navios-patrolha *Cacine* e *Cunene* e do navio-reabastecedor *Bérrio*.

Em terra, desempenhou funções na Esquadilha de Navios Patrulhas, no Estado-Maior da Armada, na Superintendência dos Serviços do Pessoal, na Direção do Serviço de Pessoal, na Flotilha e no Comando Naval; comandou a Base Naval de Lisboa entre 2018 e 2020.

Na estrutura do Estado-Maior-General das Forças Armadas desempenhou funções na Missão Militar NATO/UE (2008-2011) e foi Comandante da Força de Reação Imediata entre 2016 e 2018; já oficial general, foi Chefe do Centro de Informações e Segurança Militares entre 2022 e 2023.

“PUTOS” E “PERIQUITOS” NA GUERRA

Autor: 2TEN TSN-ARQ Paulo Guedes



Fui “apalavrado” para fazer parte do que veio a ser a minha primeira unidade, por ocasião dos exercícios finais do Curso de Fuzileiros na região de S. Pedro de Moel.

O que foi indigitado para ser o Comandante do destacamento – 1TEN Mendes Fernandes – explicou-me que desejava um oficial “operacional” e a minha pessoa, pela análise que ele fizera ao longo dos treinos que disse ter acompanhado, enquadrava-se nos seus objectivos. O facto de o imediato indigitado ser o João Ruas, que conhecia da Escola Naval e estar, também, a fazer o Curso conosco, contribuiu para a aceitação.

Formalmente, o DFE¹ 12 formou-se, com esse indicativo, meses depois, nos finais de 1969: iria substituir o DFE 13, do 1TEN Vieira Matias².

Quando o Curso findou, fui destacado, tal como uma parte dos camaradas do Curso, para a Força de Fuzileiros que se estava a formar. Nela, nessa altura, tudo era caótico, pois, na prática, funcionava há muito pouco tempo e apenas como “unidade de adidos” da Armada.

Na segunda metade de Dezembro de 1969, os homens do destacamento foram informados que marchariam, em Janeiro de 1970, para a Guiné mas, somente, com os oficiais, alguns sargentos e os cabos e marinheiros. Não havia grumetes³ com o curso de “especial” para constituir, de imediato, uma unidade completa.

Estranhei, pensei o que vamos lá fazer, a “meia haste”, cerca de 40 homens. Todavia, à época não havia a percepção da dificuldade que havia para recrutar mancebos para o Curso de Fuzileiros.

Quando contactei com os meus homens pela primeira vez, verifiquei que eram todos veteranos.

E, ao falar com um deles – que me pareceu ainda um “puto” – referiu-me que ia para a terceira comissão. Inquiri-o sobre a idade: vinte e dois anos “feitos há pouco tempo”. Entrara na Marinha com dezassete anos e, ainda com essa idade, foi mobilizado para Angola, integrando um destacamento. Depois de vinte e quatro meses, no regresso colocou-se na fila, logo para a Guiné, para o DFE 12 do 1TEN Pedrosa.

Regressou em Setembro de 1969 e, de imediato, aceitou fazer parte do novo 12º. O curioso é que, nem teve tempo para namorar! Casou-se, por procuração, no meio da guerra.

Um dos Sargentos Fuzileiros que, por ser o mais antigo, já com mais de trinta anos, ficou com “Quartel-Mestre”, ia para a quarta comissão. O Sargento Enfermeiro, cabelos brancos, andava pelos trinta e quatro / trinta e cinco anos. Nunca estivera em comissão fora da Metrópole. Recebeu sempre o tratamento com um estatuto de mais velho: não “Sargento” mas “senhor Figueiredo”.

Olhei para mim, um “periquito” de vinte e um anos, e exclamei para dentro: “tu, uma criança, a dar ordens a estes homens? Mas “era a vida”.

Com “Guia de marcha” para o NRP S. Gabriel, lá nos alojaram, em condições péssimas: as praças nos porões vazios do navio petrolífero, que ia meter crude em Angola; juntamente com a CF3, o Comandante Jorge Soares e os oficiais Luís Nogueira, Sousa Dias, Joaquim Januário, todos do 14º curso. Navio esse que teve uma avaria à saída, pelo que ficamos uns dias a bordo!...

Finalmente, já na última semana de Janeiro, rumou à Guiné.



Serafim Ivo Gonçalves Lobato

14º CFORN

In Crónicas Intemporais da Guerra e da Fraternidade

N.R.

1. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

2. No artigo Cimento agregador, do mesmo autor (ver RA nº 581), é referido no final um “acto de rebeldia” / “gesto de irreverência” do curso. Tratou-se de, à entrada da célebre Tabanca, posar para uma fotografia de grupo em que, com as G 3 em diversas posições a simbolizar letras, desenharam uma palavra de calão de cinco letras, uma expressão popular grosseira que ilustrava o estado de espírito do grupo, um misto de preocupação e desalento. Foi esta a irreverência, a ousadia! (dixit Miguel Soares)

Notas

¹ Acrónimo de Destacamento de Fuzileiros Especiais.

² Anos mais tarde viria a ser CEMA (entre 1997 e 2002).

³ Os grumetes, escolhidos entre os que tiraram o Curso de Fuzileiro Especial, vieram juntar-se três meses depois a metade do DFE 12 que já se encontrava em Ganturé desde os finais de Janeiro.

SÍNDROME DO CORAÇÃO PARTIDO

A síndrome do coração partido foi descrita pela primeira vez no Japão, há 40 anos, e, desde então, tem havido por todo o mundo um aumento dos casos descritos. O autor que reportou os primeiros casos designou esta síndrome de miocardiopatia de takotsubo, já que esta doença se caracteriza por um distúrbio do músculo cardíaco (miocárdio) em que o ventrículo esquerdo do coração habitualmente adquire o formato de um "takotsubo" (palavra em japonês para uma armadilha de polvos com aparência de um pote). Nesta doença os sintomas são os mesmos de uma síndrome coronária aguda: início agudo de dor torácica, por vezes acompanhada de dispneia, palpitações, sudorese, náuseas, vômitos e eventualmente perda consciência. Contudo, na síndrome do coração partido não existe obstrução das artérias coronárias, ocorre maioritariamente após stress físico ou emocional (um exemplo claro dos efeitos que as emoções e o stress podem ter no coração!) e tem quase sempre recuperação completa em alguns dias-semanas.

ETIOLOGIA

As miocardiopatias são doenças onde o músculo cardíaco está estruturalmente e funcionalmente anormal, o que causa o funcionamento incorreto do coração, que deixa de ter a força necessária para bombear o sangue por todo o organismo. Existem múltiplas causas para uma miocardiopatia. A miocardiopatia da síndrome do coração partido está relacionada com o stress: quer com o stress emocional (ex: morte inesperada de familiar, divórcio, agressão, discussão, perda inesperada de grande quantidade de dinheiro... ou o oposto como ganhar o Euromilhões, ter uma festa surpresa ou assistir a um filme intenso a 3D), quer com o stress físico (ex: cirurgias ou procedimentos invasivos, sépsis, acidente vascular cerebral, trauma, hipertiroidismo).

O mecanismo fisiopatológico desta síndrome ainda não está esclarecido. Foram levantadas as hipóteses de se tratar de uma doença aterosclerótica oculta, de espasmos vasculares ou mesmo de disfunção microvascular. Contudo, a hipótese mais aceite atualmente é da sobrecarga de catecolaminas (grupo de substâncias biologicamente ativas que se comportam como hormonas ou neurotransmissores e de que são exemplo a adrenalina, a noradrenalina e a dopamina), que se libertam na sequência de evento stressante, levando a um excesso de cálcio nas células musculares cardíacas – o que causa alteração da contração do coração. Nesta síndrome é o ventrículo esquerdo do coração que é afetado, com acinesia e dilatação do seu ápex - o que a hipótese explica com o facto de ser esta a zona do coração que apresenta uma maior recetividade à ação das catecolaminas.



EPIDEMIOLOGIA

A prevalência da síndrome do coração partido estima-se em cerca de 2% dos casos que dão entrada nos hospitais com o diagnóstico provisório de síndrome coronária aguda. É mais frequente em mulheres (90%) na pós-menopausa, apesar de também poder afetar faixas etárias mais jovens e o género masculino. Parece existir uma percentagem superior de casos no período da manhã, e nos meses de verão.

DIAGNÓSTICO

Apresenta-se frequentemente como dor na região anterior do tórax, de início súbito, por vezes acompanhada de dispneia, palpitações, sudorese, náuseas e vômitos. Menos habitualmente podem ocorrer arritmias ou instabilidade hemodinâmica, com hipotensão ou choque. No estudo analítico existe elevação das enzimas cardíacas e o eletrocardiograma também ele está alterado com indícios de sofrimento do músculo cardíaco (elevação do segmento ST, inversão da onda T, ondas Q ou progressão anormal das ondas R).

Estes sintomas e alterações nos exames complementares de diagnóstico são sobreponíveis aos que apresentam os doentes com síndrome coronária aguda (como o enfarte agudo do miocárdio ou a angina instável), só se conseguindo diferenciar estas síndromes através de exames de imagem. O ecocardiograma revela alteração anatómica do ventrículo esquerdo, que se encontra dilatado e sem contratilidade (acinesia) no seu ápex, com a tal forma de pote "takotsubo" (alterações estas que se estendem-se para além do território vascular de uma única artéria coronária, o que leva a desconfiar de não se estar na presença de uma síndrome coronária aguda, mas sim da síndrome do coração partido), e com diminuição da fração de ejeção nesse ventrículo (ou seja, a cada batimento cardíaco, sai menos sangue do coração para distribuir pelo corpo). A angiografia coronária permite excluir a presença de um trombo ou de rotura aguda de uma placa, eliminando assim a hipótese dos sintomas se deverem a síndrome coronária aguda. Se for realizada uma ressonância magnética cardíaca, não se irá demonstrar necrose (morte) do músculo cardíaco, em contraste com o que acontece na síndrome coronária aguda.

Nesta síndrome é frequente os doentes conseguirem identificar a situação de stress que precedeu os sintomas (em cerca de 70% dos casos).

TRATAMENTO

O tratamento inicial no serviço de urgência hospitalar é o mesmo que se realiza nos doentes com síndrome coronária aguda, já que a apresentação clínica é semelhante e só após os exames de imagem se consegue chegar ao diagnóstico definitivo. Podem ser administrados aos doentes medicamentos antiplaquetares (como o ácido acetilsalicílico e clopidogrel), anticoagulantes (como a heparina), nitratos, β -bloqueantes, analgésicos, entre outros. Com o diagnóstico definitivo realizado, os medicamentos antiplaquetários e os nitratos devem ser descontinuados, não existe indicação para trombólise ou angioplastia, e posto que esta síndrome se deve a excesso de catecolaminas, devem manter-se os β -bloqueantes e iniciar-se inibidores da enzima de conversão da angiotensina até à recuperação da função cardíaca (o que acontece em cerca 96% dos casos). A mortalidade intra-hospitalar é baixa (inferior a 2%). Existe reversão espontânea e completa das alterações cardíacas num intervalo de dias a semanas e, nestes doentes, a sobrevida a longo prazo é semelhante à da população geral com igual idade e género, sendo a recorrência inferior a 10% (não estando recomendado uso de medicação para prevenir recorrência).



Ana Cristina Pratas

CTEN MN

www.facebook.com/participanosaudedeparatodos

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 263

Sai às 4^{as}
Tem o 10♦ à 4^a

NORTE (N)			
♠	♥	♦	♣
8	6	R	V
7	5	9	6
6	4	5	2
		2	

Tem o R♥ à 4^a

SUL (S)			
♠	♥	♦	♣
A	A	A	R
R	D	D	10
5	V	V	3
			3

GRAU DE DIFICULDADE – MÉDIO CARECENDO DE ATENÇÃO

W-E vuln. S abre e joga 3ST, após um leilão convencional sem qualquer intervenção de E-W. Como deve jogar S para tentar cumprir este contrato, recebendo a saída de W ao 5♣, joga o 2 de N e E faz de A continuando com o 8? Tenha em atenção as informações sobre as mãos ocultas.

Nunes Marques
CALM AN

SUDOKU

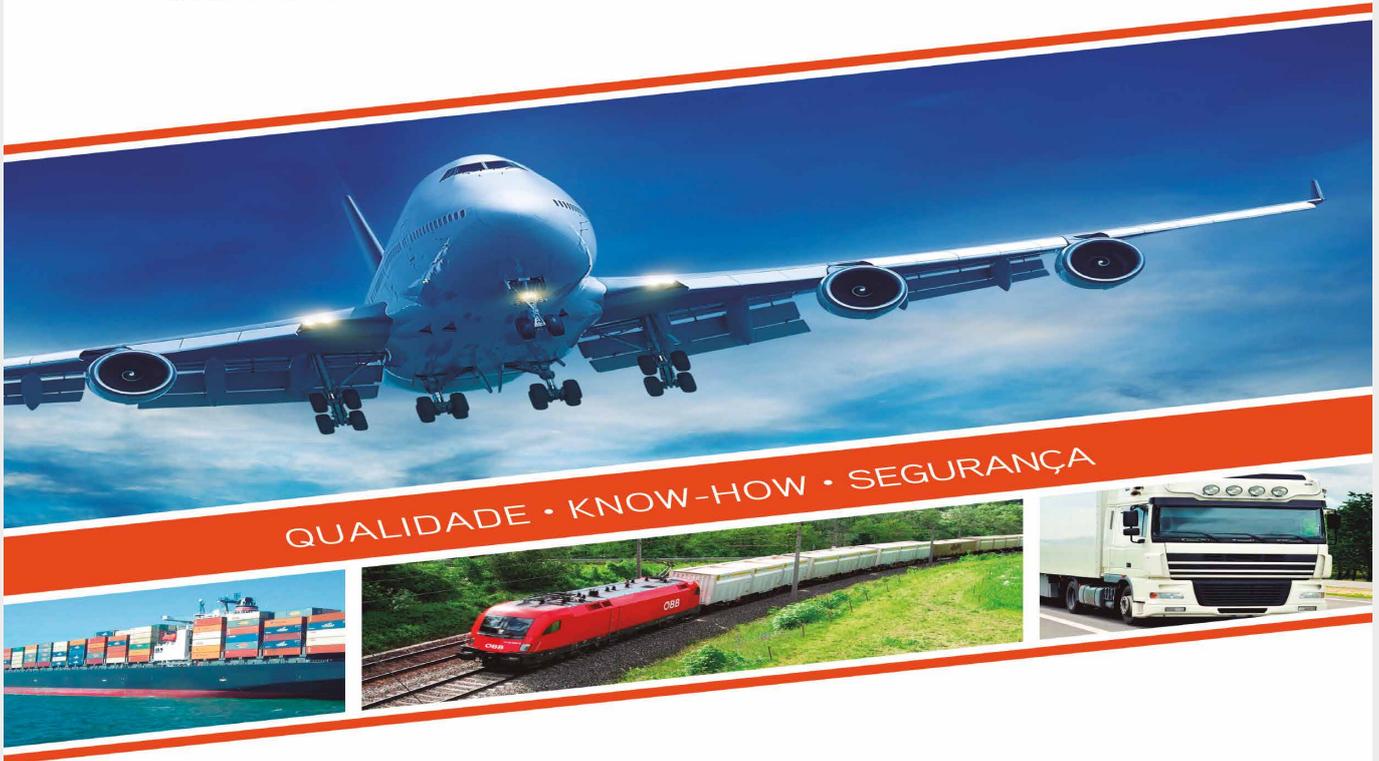
Problema nº 95

FÁCIL

8				2			
		6	4				8
4			6	8			9
7		3		5	2		
6	9					8	7
	8					3	
3		9				7	6
2				3		5	4

NOTA

As soluções dos passatempos serão divulgadas no próximo número.



Cargo Agent



Rua Leopoldo de Almeida, Nº 8A • 1º andar • 1750-138 Lisboa • PORTUGAL
 Tel: (+351) 217 520 221 / 3 • Cell: (+351) 969826379 | (+351) 969826387 | (+351) 969826388 • Fax: (+351) 217 59 68 48
 E-mail: geral@lissa.pt • www.lissa-lda.com

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• CALM José António Vizinha Mirones, Subdiretor-Geral da Polícia Marítima e por inerência de funções, 2º Comandante-Geral da Polícia Marítima • COM Luís Nuno da Cunha Sardinha Monteiro, Diretor de Pessoal • 1TEN M Jorge Miguel Violante da Luz, Comandante do Destacamento de Mergulhadores Nº 3 • 1TEN M Daniel Pais Berardinelli, comandante do destacamento de mergulhadores Nº 2 • 1TEN FZ Tiago Miguel Fonseca Paiva de Sousa Teles, Comandante da Força de Fuzileiros Nº 2.

RESERVA

• CMG M José António Zeferino Henriques • CMG M António Pedro Ferreira Moreira • CMG M Helder Manuel Fialho de Jesus • CFR FN Vera Lúcia Mangorrinha Henriques Romão • CTEN STMEC João Manuel Rito Martins • SMOR FZ Manuel Joaquim Matos Estrada • SMOR MQ Carlos Manuel Capitão Nunes • SMOR MQ Aristides da Silva Fidalgo • SMOR MQ Rui Manuel Cardoso da Silva • SMOR T Sérgio Paulo dos Santos Rolo • CMOR FZ Paulo Jorge Rodrigues Teixeira • CMOR M Luís Manuel Andrade da Silva • CMOR L Joaquim José Sobreira Nunes • CMOR TFH António Fernando de Espinho Nogueira Campos • CMOR TFH António Garcia da Silva • CMOR M Armando José Ricardo Rolão Velez • CMOR L Paulo Jorge Machado de Serra e Moura Neves • CMOR CCT Pedro Manuel Lopes Aires • CMOR TFH Victor Manuel Esteves Costa • CAB TFD Carlos Manuel Rebeca Marques • CAB CRO Rogério Manuel Diogo Montez • CAB FZ Paulo Sérgio Ferreira Silva • CAB M Luís Paulo Gomes Afonso • CAB A António Miguel Paraíba Teixeira • CAB TFH Joaquim Paulo Fernandes Ferreira • CAB A César Manuel Gonçalves Marcos Gomes • CAB L Artur Alexandre Campos Ferreira • CAB A José Luís Nogueira Rosa •

CAB M Mário António Pereira Marques • CAB CCT Luís Manuel Saraiva • CAB A José João dos Santos Oliveira • CAB L Guilherme Abrantes Pedreira • CAB FZ Vítor Manuel Ferreira Quitério • CAB FZ Rui Manuel Reis de Carvalho • CAB FZ Carlos Sérgio dos Anjos Borges • CAB FZ Joaquim Agostinho Fernandes.

REFORMA

• CMOR E Virgílio António Ramos • CAB CRO Fernando Ribeiro de Abreu.

FALECIDOS

• 16852 ALM M REF João José de Freitas Ribeiro Pacheco • 15051 CALM M REF Augusto Miranda Filipes da Silva • 60554 CALM MN REF Luiz Gonzaga Pinto Canedo Soares Ribeiro • 36360 CMG M REF José Brás Maldonado Cortes Simões • 448353 1TEN OT REF Manuel Mário Matoso da Silva Domingues • 341753 SCH H REF José Marques Guedes • 45767 SCH A REF António Sousa Patrício • 399755 SAJ R REF Manuel Lúcio Duarte • 365954 SAJ T REF Manuel José Soares • 33270 SAJ FZ REF Manuel António Ferreira Marques • 16567 SAJ A REF Francisco de Oliveira Duarte • 77877 SAJ FZ REF Carlos Manuel Marques Pires • 383555 SAJ REF Joaquim Marques de Faria • 282049 1SAR E REF António Carvalho Simões • 332653 1SAR CE REF Artur da Fonseca Ferreira • 339253 1SAR CE REF Adolfo Orfão • 688861 MQ REF Adriano Marques Acates • 293652 1SAR O REF Carlos de Saraiva Ferreira • 273151 1SAR CE REF Joaquim da Costa Leite • 383255 1SAR CE REF António Sousa Gonçalves Vieira • 94966 1SAR TF REF Manuel Marques Flamengo • 913790 CMOR A ACT Nelson José da Silva Epifânio • 269169 CAB FZ REF José Capinha da Silva.

NRA - NÚCLEO DE RADIOAMADORES DA ARMADA



No fim de semana de 10 e 11 de dezembro de 2022, o NRA – Núcleo de Radioamadores da Armada participou no *Internacional Naval Contest*, organizado por uma das suas oito associações congéneres, a *Italian Naval Old Rhythmers Club*.

Três sócios, Manuel Pires CT1ELZ, Assad dos Santos CT7ASQ e Rogério Coelho CT2IFE, conduziram nas ondas hertzianas, a partir da nossa sede, o indicativo do NRA, CS5NRA.

Durante o Concurso foram efetuados 124 contactos tendo sido contabilizados 36.296 pontos. Devido à propagação ionosférica apenas foram utilizadas as bandas de 15, 20, 40 e 80 metros, maioritariamente em grafia mas também em fonia.

Após análise final foi atribuído ao NRA o 5º lugar entre as associações de radioamadores navais, contudo e após as lições

ASSOCIAÇÕES DE RADIOAMADORES NAVAIS

Alemanha: MF - MarinefunkeR-Runde e.V
 Austria: MFCA - Marine Funker Club Austria
 Finlândia: FNARS - Finnish Naval Amateur Radio Society
 Grécia: HNARC - Hellenic Naval Amateur Radio Society
 Holanda: MARAC - Marine Amateur Radio Club Netherlands
 Itália: ARMI - Associazione Radioamatori Marinali Italiani
 INORC - Italian Naval "Old Rhythmers" Club"
 Portugal: NRA - Núcleo de Radioamadores da Armada
 Reino Unido: RNARS - Royal Naval Amateur Radio Society
 Roménia: YO-MARC - Romanian Marine Radio Amateur Club



aprendidas contamos atingir uma melhor classificação para o ano de 2023.

Se desejar conhecer o que fazemos no NRA, não hesite e contacte-nos para o e-mail nra@marinha.pt a marcar uma visita à nossa sede localizada na Base Naval de Lisboa, 2º piso do edifício junto a Messe Residencial. Teremos todo o prazer em o receber.



Colaboração do NRA

Academia de Marinha



Prémio

“Almirante Sarmiento Rodrigues”

2023

Até 29 de Setembro de 2023 está aberto concurso para atribuição do Prémio “Almirante Sarmiento Rodrigues” /2023 a um trabalho original de pesquisa no âmbito da História Marítima, conforme Regulamento do Prémio disponível no portal da Academia de Marinha.

Informações:

www.academia.marinha.pt

academia.marinha@marinha.pt

Telefones: 210 984 708/14

NAUS de PEDRA em LISBOA



Situada na:

Rua Gilberto Rola 73-77, Lisboa

